



POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL – 2016-2017

EU-SILC 2017

ELABORADO POR ONLCP
Outubro de 2018

ÍNDICE

Sumário	2
Notas sobre o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento	6
O inquérito às condições de vida e rendimento 2017: principais indicadores	7
Pobreza ou exclusão Social	7
Pobreza monetária	19
Intensidade laboral muito reduzida	28
Privação material e privação material e social	31
Desigualdade de rendimentos	38
Fontes e Bibliografia	43

SUMÁRIO

O ano de 2017 foi marcado por uma melhoria dos indicadores de pobreza e de exclusão social, com uma diminuição da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, da taxa de risco de pobreza monetária, da intensidade laboral muito reduzida e da privação material severa. A diminuição do risco de pobreza monetária ocorre em simultâneo com um aumento dos rendimentos medianos da população, levando a que o limiar de risco de pobreza tenha também aumentado. Assim, apesar de termos um limiar de risco de pobreza maior face ao período homólogo, temos uma menor proporção e menor número de pessoas em risco de pobreza, indicando assim uma melhoria efetiva nesta área.

No entanto, apesar dos indicadores apontarem para uma evolução positiva das condições de vida, esta não atinge todos os grupos da mesma forma. Se para a maior parte dos grupos em análise neste inquérito existe um recuo dos indicadores de pobreza e dos indicadores de exclusão, existem alguns grupos sociais que viram a sua situação de vulnerabilidade agravar. Destaca-se aqui em particular a situação das famílias monoparentais, ou seja, famílias compostas por um adulto e com pelo menos uma criança dependente, que teve um agravamento em todos os indicadores analisados, nomeadamente na privação material severa, na intensidade laboral muito reduzida, na taxa de risco de pobreza e na taxa de risco de pobreza ou exclusão social. Sublinhe-se que mais de 43% das pessoas que vivem neste tipo de agregado familiar encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social.

Sumariamente, os dados do EU-SILC apontam para os seguintes resultados:

- 2.4 milhões de pessoas estão em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, correspondendo a mais de 1/5 da população (23.3%). O risco de pobreza ou exclusão social diminuiu 1.8 pontos percentuais (pp) face ao ano anterior e representou uma diminuição de 196 mil pessoas a vivenciar este tipo de vulnerabilidade social. Este é o valor mais baixo desde 2004, ou seja, para todo o período para o qual este indicador é contabilizado. Dentro do contexto da UE28, Portugal tem vindo a apresentar sempre valores superiores à média da UE28 e da Zona Euro. Em 2016, Portugal posicionava-se no 11º lugar dos países com maior nível de pobreza ou exclusão social da UE28.
- O risco de pobreza monetária atinge 18.3% da população, cerca de 1.9 milhões de pessoas. Apesar da evolução positiva ao longo dos últimos anos, esta taxa permanece superior à situação existente no período inicial da crise económica e financeira, nomeadamente entre os anos de 2008 e 2011, quando estes valores se situavam entre os 17.9% e os 18%. Com base nos rendimentos de 2015, 17.3% da população da União Europeia estava em situação de pobreza monetária, ou seja, cerca de 86.9 mil pessoas. Portugal era o 10º com maior taxa de pobreza monetária da União Europeia.
- Cerca de 8% da população em Portugal reside em agregados com intensidade laboral muito reduzida, ou seja, 599 mil pessoas vivem em agregados familiares que estão excluídos do mercado de trabalho. Apesar de uma diminuição contínua de 4.2 pp entre 2013 e 2016, a taxa e intensidade laboral muito reduzida permanece superior a existente

em 2008. Ao nível da intensidade laboral muito reduzida, Portugal apresenta resultados melhores do que a média europeia. Em 2015, 10.5% da população da UE28 estavam em agregados com este nível de intensidade laboral. Para esse mesmo ano, Portugal apresentava uma taxa de 9.1%.

- A privação material e social é uma realidade vivenciada por 16.8% da população em Portugal e 18% está em situação de privação material. Entre 2014 e 2017, houve uma diminuição de 9.8 pp da taxa de privação material e social e de 7.7 pp da taxa de privação material, indicando uma clara melhoria neste tipo de carência. Ao nível da privação material severa, o ano de 2017 marca o valor mais baixo desde 2004, ou seja, durante todo o período de registo deste indicador. No entanto, o ritmo desta redução tem sido inferior à registada na privação material e na privação material e social. Entre 2014 e 2017, houve uma diminuição de 3.7 pp na privação material severa. Apesar da evolução favorável, é importante sublinhar que 709 mil pessoas estão em privação material severa em Portugal. O Eurostat estima que, em 2017, existiam 33,4 milhões de pessoas em privação material severa a residir na União Europeia, correspondendo a 6.7% da população. Tendo em conta os dados disponíveis de 2016, Portugal era o décimo país com maior taxa de privação material severa.
- A desigualdade social também reduziu face ao período homólogo. O coeficiente de Gini teve o seu valor mais baixo desde o início deste inquérito (33.5), com uma diminuição de 0.4 pp face ao ano anterior. A análise dos indicadores S80/S20 e S90/S10 também apontam para uma redução da desigualdade. No entanto, Portugal continua com níveis elevados de desigualdade e superiores à média da EU28. Em 2016, o rendimento dos 20% mais ricos era 5.7 vezes mais elevado que o rendimento dos 20% mais pobres. Este rácio passa para 10 quando nos referimos a diferença existente entre os 10% da população residente em Portugal com maiores rendimentos e os 10% com menores rendimentos. Dentro deste contexto europeu, em 2015, Portugal apresentava o 7º maior valor para o Coeficiente de Gini e o 8º maior valor para o indicador S80/S20.

Tendo em conta os resultados do EU-SILC é possível identificar os seguintes grupos mais vulneráveis:

- As mulheres continuam numa situação de maior vulnerabilidade, apresentando valores mais elevados que a população masculina em todos os indicadores. Em Portugal, 24% das mulheres estão em risco de pobreza ou exclusão social, 18% estão em risco de pobreza monetária, 8,2% vivem em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 7.2% estão em privação material severa.
- A população com menos de 18 anos é outro grupo que necessita de atenção face a sua vulnerabilidade. Com exceção da intensidade laboral muito reduzida, em todos os restantes indicadores as crianças apresentam resultados mais elevados do que os restantes grupos etários. Mais de 24% das crianças estão em risco de pobreza ou exclusão social e 20.7% desta população está em risco de pobreza monetária. 7.4% das pessoas com menos de 18 anos estão em privação material severa. Ao nível da intensidade laboral muito reduzido, 8.7% da população entre os 18 e os 59 anos vive em agregados familiares

com maior exclusão face ao mercado de trabalho e 5.9% das crianças encontram-se nessa situação.

- As famílias monoparentais, as famílias com três ou mais crianças dependentes e as famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas um adulto, são os agregados familiares que apresentam percentagens mais elevadas em todos ou quase todos os indicadores analisados. Tal como referido anteriormente, as famílias monoparentais destacam-se não só pelos valores preocupantes que apresentam nos diferentes níveis de análise, mas também por ter sido neste grupo que se verificou um agravamento da situação face ao período homólogo. Cerca de 1/3 dos agregados monoparentais estão em risco de pobreza monetária, 17.3% encontram-se em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 17% em situação de privação material severa. No total, 43.3% famílias monoparentais estão em risco de pobreza ou exclusão social. O risco de pobreza ou exclusão social atinge também quase 43% dos agregados com três ou mais crianças dependentes e 31.5% das pessoas que vivem sozinhas. O risco de pobreza monetária é maior junto das famílias numerosas, atingindo mais de 40% deste tipo de agregado. A intensidade laboral muito reduzida é o único indicador onde as famílias numerosas apresentam resultados abaixo da média nacional. Este tipo de exclusão social atinge em maior proporção os agregados unipessoais, monoparentais e as famílias compostas por dois adultos sem crianças dependentes.
- Analisando a população tendo em conta a condição perante o trabalho, a ausência de emprego é claramente um elemento de vulnerabilidade. Em todos os indicadores a população sem emprego apresenta valores muito superiores ao da população com emprego, com destaque sobretudo para os desempregados e os “outros inativos”. A pobreza ou exclusão social atinge mais de 58% dos desempregados e cerca de 42% dos outros inativos. No caso da pobreza monetária, esta taxa sofreu um aumento face ao período homólogo para estes dois grupos, atingindo quase 45% dos desempregados e mais de 32% dos outros inativos. A privação material severa atinge cerca de 18% dos desempregados e cerca de 10% dos outros inativos. Por fim, os desempregados e os reformados são os grupos onde apresentam maior taxa de intensidade laboral muito reduzida, significando que estão integrados em agregados familiares onde ou não existem outros elementos adultos que possam integrar o mercado de trabalho ou esses elementos também estão total ou parcialmente excluídos do mercado de trabalho.
- Apesar da maior vulnerabilidade das pessoas sem emprego, Portugal continua a ter taxas de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária elevadas para a população em emprego. Segundo os rendimentos de 2016, Portugal tem uma taxa de trabalhadores pobres de 10.8%, e tendo em conta os rendimentos de 2015 tinha a 7ª maior taxa de risco de pobreza da União Europeia entre trabalhadores. Em 2017, 13.3% dos trabalhadores estavam em risco de pobreza ou exclusão social (9ª maior taxa da UE28) e 4% estava em privação material severa. Tendo em conta apenas os trabalhadores por conta própria, o risco de pobreza monetária atingia quase 32% desta população e 33% estava em risco de pobreza ou exclusão social.

- Existe uma grande diferença nos resultados dos indicadores associados à pobreza ou exclusão social tendo em conta o nível de escolaridade da população. A população com o ensino básico é claramente a mais vulnerável, enquanto a população com ensino superior apresenta valores mais baixos em todos os indicadores. A taxa de risco de pobreza monetária é 5 vezes mais elevada na população com ensino básico comparativamente à população com ensino superior e a taxa de risco de pobreza ou social é 3.7 vezes superior nas pessoas com ensino básico face às que possuem o ensino superior. Cerca 29% da população com ensino básico está em risco de pobreza ou exclusão social, 23% desta população está em risco de pobreza monetária, 12.8% vivem em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 9.4% está em privação material severa.

- Os estrangeiros, nomeadamente cidadãos de países terceiros, são outro grupo no qual a incidência de pobreza e de exclusão social é muito elevada. Mais de 44% destes estrangeiros estão em risco de pobreza ou exclusão social e quase 34% estão em risco de pobreza monetária. A intensidade laboral muito reduzida atinge quase 12% desta população e 13% está em privação material severa.

- Não existindo, até ao momento, qualquer desagregação ao nível geográfico dos indicadores do EU-SILC para Portugal, a única leitura territorial é obtida pela análise dos indicadores por grau de urbanização do território. Os dados indicam que pobreza ou exclusão social, a pobreza monetária e a intensidade laboral muito reduzida atingem proporções mais elevadas das populações que residem nas zonas rurais, no entanto, a população dos grandes centros urbanos está mais exposta à privação material severa. Assim, nas zonas rurais cerca de 27.5% da população está em risco de pobreza ou exclusão social, quase 23% está em risco de pobreza monetária e mais de 9% vive em agregados com intensidade laboral muito reduzida. A privação material severa atinge 8.2% da população dos grandes centros urbanos e 6.5% da população das zonas rurais.

NOTAS SOBRE O INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E RENDIMENTO

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) é o instrumento estatístico europeu que melhor permite conhecer a situação de pobreza existente em Portugal e nos diferentes Estados-Membros. Este inquérito, apesar de ter sofrido alterações ao longo do tempo, permite conhecer a evolução deste fenómeno desde 1994.

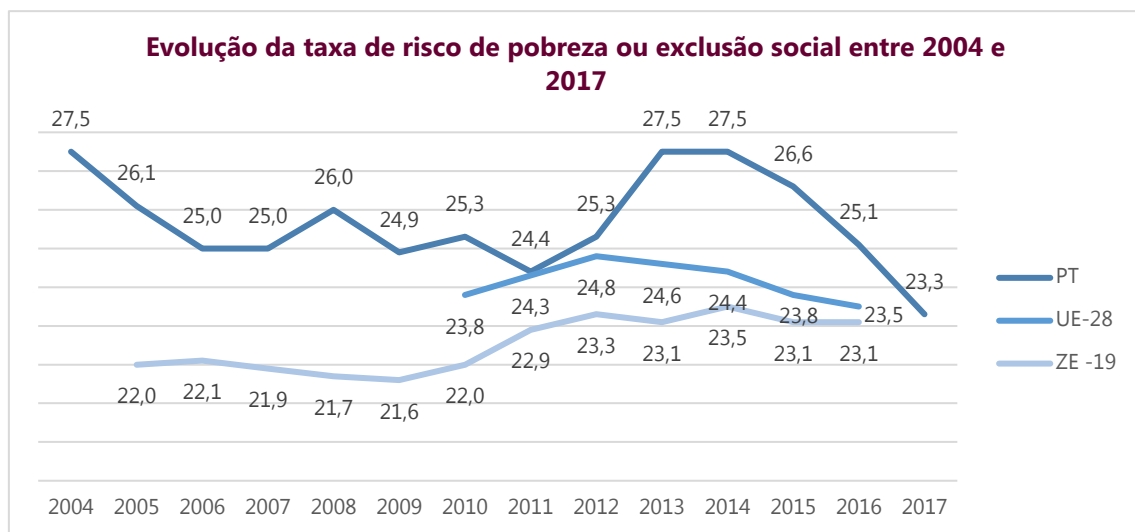
Na base deste inquérito encontra-se atualmente o indicador síntese taxa de pobreza ou exclusão social que é composto pela taxa de risco de pobreza (monetária), a taxa de privação material severa e a intensidade laboral per capita muito reduzida do agregado familiar. Enquanto a taxa de risco de pobreza e a intensidade laboral muito reduzida têm como base os rendimentos ou a situação perante o emprego referentes ao ano civil anterior a aplicação do inquérito, a privação material severa tem como base a situação vivenciada no momento de aplicação do inquérito. Como tal, o EU-SILC de 2017 apresenta os dados referentes à taxa de risco de pobreza e da intensidade laboral muito reduzida relativos ao ano de 2016, assim como dados da privação material severa e da taxa de risco de pobreza ou exclusão social relativos ao ano de 2017.

Por fim, é importante referir que, uma vez que à data de elaboração deste relatório ainda não tinham sido divulgados os resultados do EU-SULC 2017 de todos os Estados Membros, optou-se pela comparação com o contexto europeu com base nos dados do EU-SILC 2016.

Pobreza ou Exclusão Social

Em 2017, residiam em Portugal 2,4 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social correspondendo a 23.3% da população. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social diminuiu 1.8 pp face ao ano anterior e representou uma diminuição de 196 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Esta taxa tem vindo a diminuir desde 2014 e apresenta em 2017 o valor mais baixo registado desde 2004, altura em que se iniciou a análise deste indicador.

Não sendo possível apresentar o risco de pobreza ou exclusão social para a média europeia em 2017, é importante referir que Portugal tem vindo a apresentar sempre valores superiores à média da UE-28 e da Zona Euro. Em 2016, 23.5% da população da União Europeia estava em risco de pobreza ou exclusão social, correspondendo a 118 milhões de pessoas. Portugal posicionava-se no 11º lugar dos países com maior nível de pobreza ou exclusão social. Cinco países da UE28 possuíam uma proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social igual ou superior a 30% (Itália: 30%; Lituânia: 30.1%; Grécia: 35.6%; Roménia: 38.8%; Bulgária: 40.4%). Por outro lado, os três países com menores taxas de pobreza ou exclusão social eram a República Checa (13.3%), a Finlândia (16.6%) e a Holanda (16.7%).

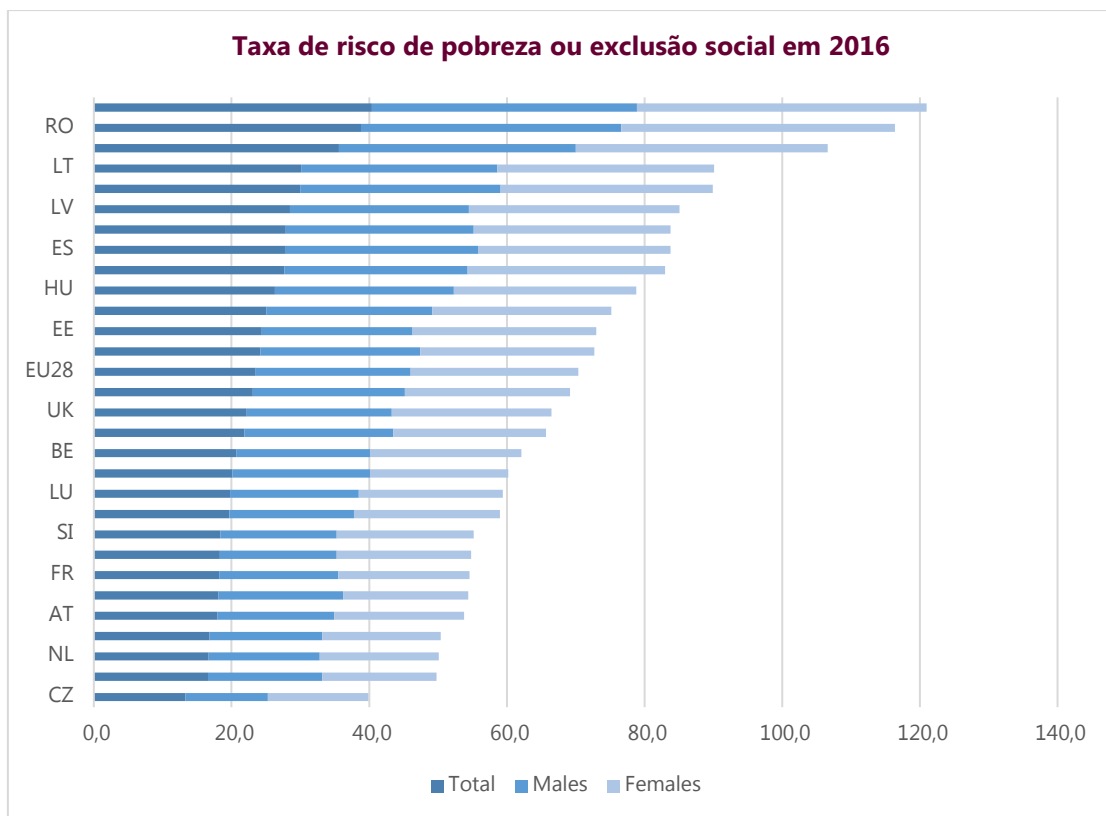


Fonte: Eurostat, 2018.

Em 2016, existiam 118 mil pessoas em situação de pobreza ou exclusão social dentro da União Europeia. Mais da metade destas pessoas (52%) residiam em quatro países europeus: Itália, Alemanha, Reino Unido e Espanha.

Género e Grupo Etário

Relativamente aos grupos mais vulneráveis à pobreza ou exclusão social, encontramos as **mulheres**, as pessoas com **mais de 75 anos** e as **crianças e jovens** com menos de 18 anos. Em 2017, 24% das mulheres e 22.5% dos homens encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão. Em Portugal, o risco de pobreza ou exclusão social tem sido sempre mais elevado junto das mulheres, com exceção de 2013 quando a taxa de risco de pobreza das mulheres era 0.1 pp mais baixa do que dos homens. No contexto da UE28, em 2016, apenas a Espanha apresentou um risco de pobreza ou exclusão social das mulheres inferior ao dos homens (28% para os homens e 17.9% para as mulheres) e a Finlândia apresentou valores idênticos para ambos os géneros (16.6%). Em 2016, 24.4% das mulheres e 22.5% dos homens residentes na União Europeia dos 28 Estados Membros estavam em risco de pobreza ou exclusão social.¹

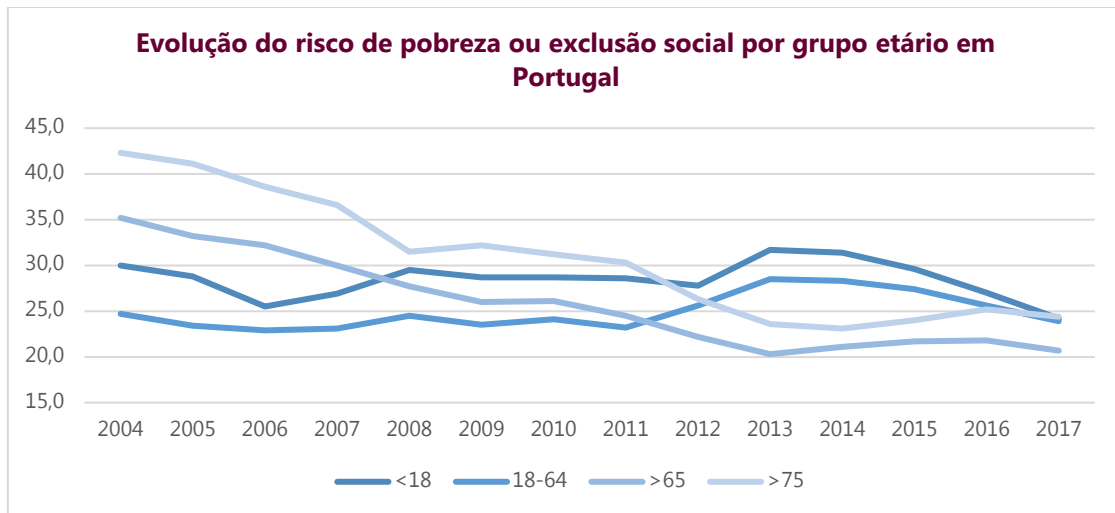


Fonte: Eurostat, 2018.

Em termos de grupos etários, as pessoas com mais de 75 anos e menos de 18 são as que apresentam taxas de risco de pobreza ou exclusão social mais elevadas – 24.4% e 24.2% respetivamente. O risco de pobreza ou exclusão social desce para 23.9% para faixa etária dos 18 aos 64 anos, para 20.7% quando contabilizamos toda a população com mais de 65 anos e para

¹ Em 2016, o risco de pobreza ou exclusão social era de 26% para as mulheres e 24.1% para os homens que residiam em Portugal.

16.8% para as crianças com menos de 6 anos². No ano de 2017 houve uma diminuição do risco de pobreza ou exclusão social em todos os grupos etários face ao período homólogo, sendo mais forte a diminuição deste risco junto das crianças e jovens com menos de 18 anos (-2.8 pp) e da população dos 18 aos 64 anos (-1.7).



Fonte: Eurostat, 2018

Em 2016, Portugal continuava com taxas de risco de pobreza ou exclusão social superiores à média da UE-28 nos diferentes grupos etários, com exceção das crianças com menos de 6 anos. No entanto, é junto dos mais velhos (mais de 75 anos) que Portugal mais se distanciava da média europeia, sendo o oitavo país com maior nível de pobreza ou exclusão social³. Nesse ano, cerca de ¼ das pessoas com mais de 75 anos estava em risco de pobreza ou exclusão social (25.2%), ao mesmo tempo que no contexto comunitário este risco abrangia 19.8%.

No que se refere ao risco de pobreza ou exclusão social infantil, Portugal⁴ apresentava em 2016 uma diferença de 0.6 pp face à média europeia. Bulgária e Roménia apresentavam proporções de risco de pobreza ou exclusão social das crianças com menos de 18 anos acima dos 40% (49.2 e 45.6 respetivamente) e, em sentido contrário, Eslovénia, Finlândia e Dinamarca apresentava as taxas mais baixas (14.9, 14.7 e 13.9 respetivamente).

² Na comparação dos dados dentro da faixa etária dos 0 aos 17 anos, é importante lembrar a existência de uma diferença do peso atribuído às crianças com menos de 14 anos na contabilização do rendimento por adulto equivalente. Uma vez que o Eurostat utiliza a escala modificada da OCDE, é atribuído ao primeiro adulto o peso de 1, os outros elementos com 14 ou mais anos é atribuído o peso de 0.5 e às crianças com menos de 14 anos é atribuído o peso de 0.3.

³ Os países com taxas mais elevadas neste indicador foram: Bulgária (53.1), Estónia (49.2), Letónia (49.1), Roménia (39.9), Lituânia (38.7), Croácia (36.9) e Chipre (29.9)

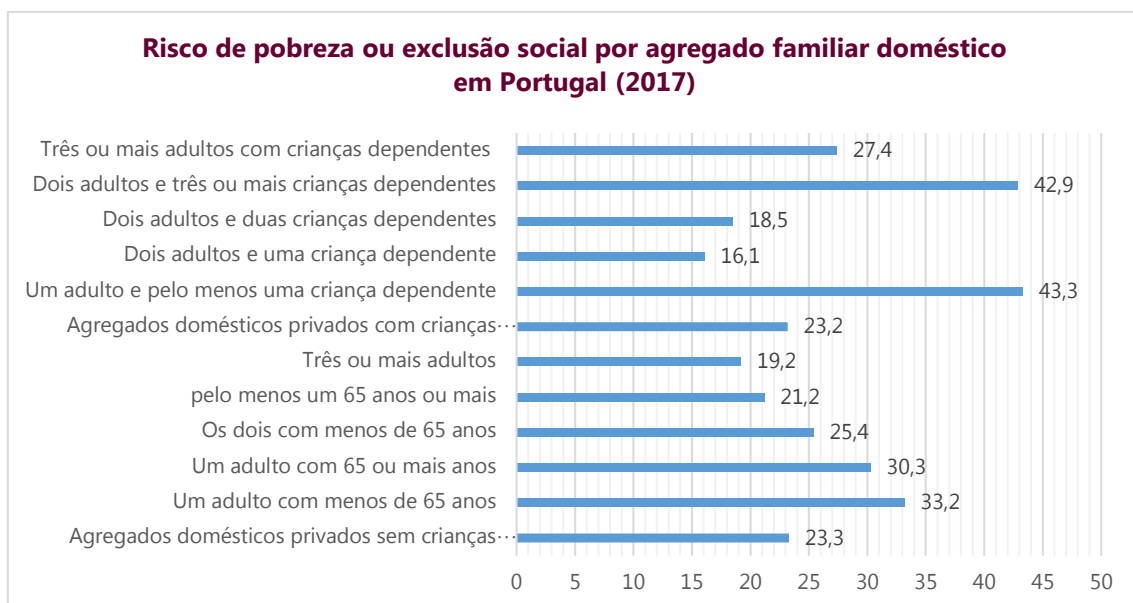
⁴ O risco de pobreza ou exclusão social para as crianças e jovens era de 27% em Portugal e de 26.4% para a média da EU-28.

Agregado familiar

O risco de pobreza ou exclusão social infantil deve ser sempre enquadrado pelo contexto de pobreza do agregado familiar. De facto, desde 2011 que, em Portugal, os agregados com crianças dependentes⁵ possuem taxas mais elevadas de risco de pobreza ou exclusão social face aos agregados sem crianças dependentes. Esta situação alterou-se no último ano em análise, com uma grande proximidade no risco de pobreza ou exclusão social junto destes dois tipos de agregados domésticos e com uma descida mais acentuada do risco de pobreza nas famílias com crianças dependentes. Em 2017, 23.3% das famílias sem crianças dependentes estavam em risco de pobreza ou exclusão social (menos 1.2 pp face ao período homólogo) e 23.2% das famílias com crianças dependentes encontravam-se nessa situação (menos 2.4 pp face ao período homólogo). No entanto, continuam a ser as famílias monoparentais e as famílias com três ou mais crianças dependentes que apresentam situações de maior vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social: 43.3% das famílias monoparentais e 42.9% das famílias numerosas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social. Pelo contrário, é junto das famílias compostas por dois adultos e uma criança dependente que encontramos a menor taxa de pobreza ou exclusão social: 16.1%. Há assim um risco de pobreza ou exclusão social junto das famílias monoparentais 2.7 vezes superior ao dos agregados com dois adultos e uma criança.

Nos agregados sem filhos dependentes, destaca-se a maior vulnerabilidade dos adultos que vivem sozinhos: cerca de 1/3 dos adultos com menos de 65 anos (33.2%) e 30.3% dos adultos com mais de 65 que vivem sozinhos estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2017.

Sublinhe-se ainda que, que face ao período homólogo, houve uma diminuição desta taxa em todos os tipos de agregados domésticos com exceção das famílias monoparentais (houve um aumento de 1.3 pp) e das famílias compostas por dois adultos com menos de 65 anos (aumento de 0.7 pp)⁶.



Fonte: Eurostat, 2018

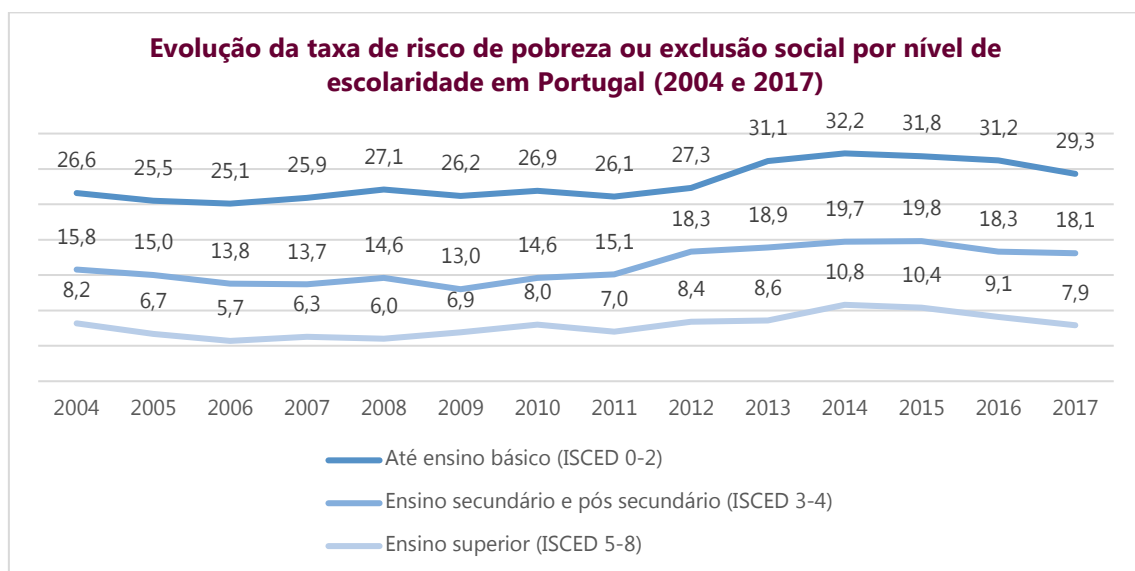
⁵ Segundo a metainformação da PORDATA “são consideradas como “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes” .

⁶ O risco de pobreza ou exclusão social das famílias com dois adultos com menos de 65 anos foi de 25.4% em 2017.

No contexto europeu, em 2016, Portugal era o 9º país com maior proporção de agregados com crianças dependentes em situação de pobreza ou exclusão social e o 10º quando analisados os agregados sem crianças dependentes. Para a média da UE28, os tipos de agregados domésticos mais vulneráveis a pobreza e exclusão social eram as famílias monoparentais (48%), os adultos isolados com menos de 65 anos (37.3%) e as famílias numerosas (31.1%). No caso das famílias monoparentais, existiam 11 países⁷ onde o risco de pobreza ou exclusão social abrangia mais da metade destas famílias, chegando a atingir 71.4% na Bulgária. No caso das famílias numerosas, Portugal é o terceiro país com taxa de pobreza ou exclusão social (46.2%), no entanto, existe uma diferença de mais de 25 pp face aos dois países com proporções mais elevadas. Na Bulgária, em 2016, 89.1% dos agregados com três ou mais crianças dependentes estavam em risco de pobreza ou exclusão social e na Roménia esta proporção era da 72.6%.

Nível de escolaridade

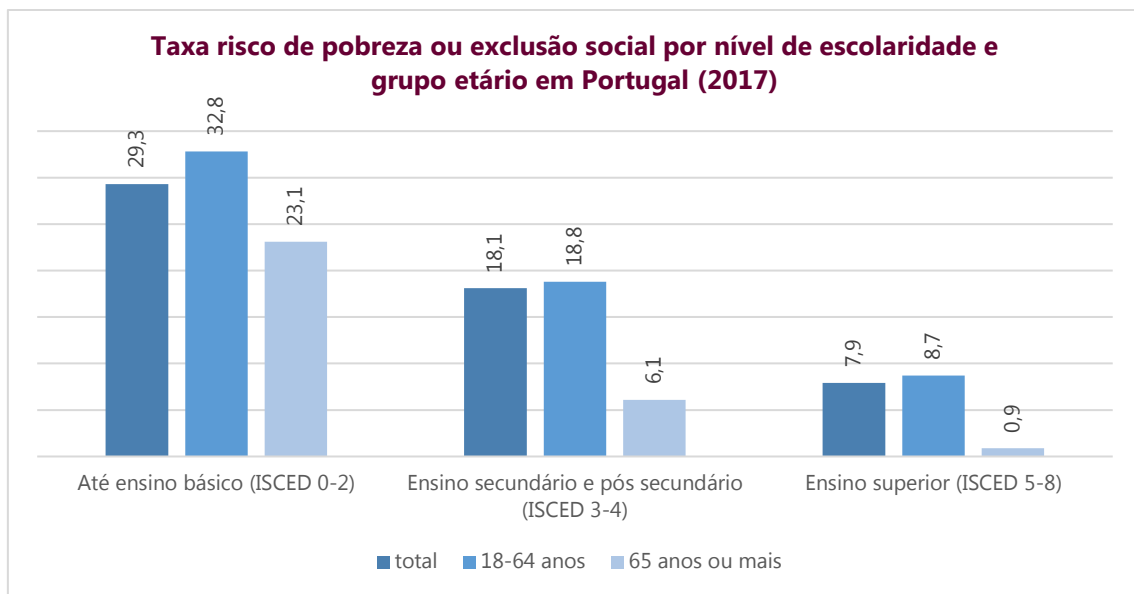
Ao nível do grau de escolaridade verificam-se importantes diferenças entre os escalões de qualificação. Em Portugal, 29.3% da população com mais de 18 anos com ensino básico estava em situação de pobreza ou exclusão social. Esta taxa é 3.7 vezes superior do que da população com ensino superior (7.9%). Por outro lado, 18.1% para as pessoas com o ensino secundário ou pós-secundário estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2017. Note-se que desde 2004 que se verifica uma forte diferença entre o risco de pobreza ou exclusão social dos mais e dos menos escolarizados, sendo em 2013 o ano em que esta diferença foi mais acentuada (22.5 pp). Apesar de uma diminuição da taxa de risco de pobreza ou exclusão social em todos os escalões e uma diminuição da distância entre a população mais escolarizada e a menos escolarizada, a diferença entre estes dois grupos da população continua a ser superior a que existia em 2012.



Fonte: Eurostat, 2018

⁷ Os 11 países são: Bulgária (71.4%); Irlanda (67.6%); Hungria (62.3%); Roménia (56.9%); Reino Unido (56.9%); Lituânia (54.4%); Espanha (53.3%); Bélgica (53%); Chipre (50.9%); Grécia (50.6%); e Malta (50.3%)

Em todos os níveis de escolaridade o risco de pobreza ou exclusão social é superior junto da população em idade ativa, nomeadamente dos 18 aos 64 anos, comparativamente aos mais velhos. Neste caso, a maior diferença geracional verifica-se dentro do grupo com ensino secundário ou pós-secundário. Enquanto a população em idade ativa possui um risco de pobreza ou exclusão social de 18.8%, para a população com mais de 64 anos este risco desce para 6.1%. No entanto, comparando os diferentes níveis de escolaridade e grupos etários percebemos a existência de dois grupos sociais que se encontram em situação de risco de pobreza ou exclusão social totalmente oposta. Em 2017, enquanto cerca de 1/3 dos adultos com menos de 65 anos com o ensino básico estava em risco de pobreza ou exclusão social, esta taxa abrangia menos de 1% das pessoas com 65 ou mais anos com ensino superior.



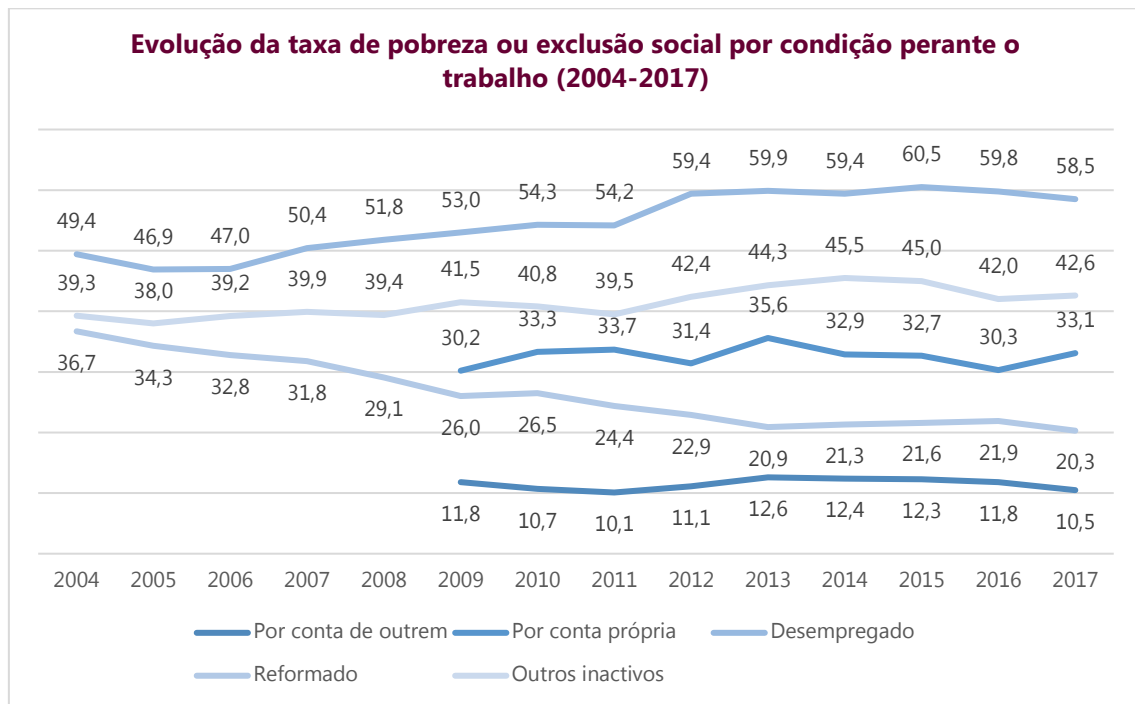
Fonte: Eurostat, 2018

No contexto europeu há também uma grande distância na vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social consoante o nível de escolaridade. Em 2016, 34.8% da população com o ensino básico estava em situação de pobreza ou exclusão social. Esta taxa descia para 21.6% para a população com o ensino secundário ou pós-secundário e para 11.7% para o ensino superior. Note-se que nesse ano Portugal encontrava-se abaixo da média europeia nestes três grupos, apresentando a 10ª taxa mais baixa da UE28 para população com ensino básico e com ensino secundário e a 9ª taxa mais baixa para população com ensino superior. Para a população com o ensino básico, a taxa de pobreza na UE28 varia entre os 21.1% na Holanda e 68.3% na Bulgária.

Condição perante o trabalho

O trabalho continua a ser um fator importante na proteção contra situações de pobreza ou exclusão social, existindo uma diferença de 19.9 pp na taxa de pobreza ou exclusão social da população que se encontra em emprego (13.3%) e a que se encontram sem emprego (33.2%). No entanto, mesmo junto da população empregada verificamos que 10.5% dos trabalhadores por conta de outrem e 1/3 dos trabalhadores por conta própria (33.1%) estavam em risco de pobreza

ou exclusão social em 2017. Sublinhe-se ainda que face ao período homólogo houve um aumento de 2.8 pp junto dos trabalhadores por conta própria, um aumento elevado e que contraria o que aconteceu nos restantes grupos que, com exceção dos "outros inativos", tiveram uma diminuição do risco de pobreza ou exclusão social.



Fonte: Eurostat, 2018

Dentro da população não empregada, o risco de pobreza ou exclusão social é maior junto dos desempregados. Apesar de uma diminuição desta taxa nos últimos dois anos, mais da metade dos desempregados em Portugal continuam em situação de risco de pobreza ou exclusão social, sendo necessário recuar à 2006 para uma taxa inferior a 50%. Em 2017, 58.5% dos desempregados em Portugal estavam em risco de pobreza ou exclusão social.

Sublinhe-se que em 2017, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, existiam 462,8 mil desempregados⁸ em Portugal. Por outro lado, os dados da Segurança Social apontam para a existência de 405,8 mil beneficiários com prestações de desemprego, sendo que 24% destes beneficiários acederam a prestações sociais de desemprego⁹ ou à Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração, ou seja, mecanismos de proteção social para desempregados que não (ou já não) reúnem as condições necessárias para receber o subsídio de desemprego. Em 2017, o valor médio do subsídio de desemprego foi de 511,24€ e de menos de 400€ nas restantes prestações de desemprego¹⁰.

⁸ INE, Inquérito ao emprego. Acedido em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006186&contexto=bd&selTab=tab_2

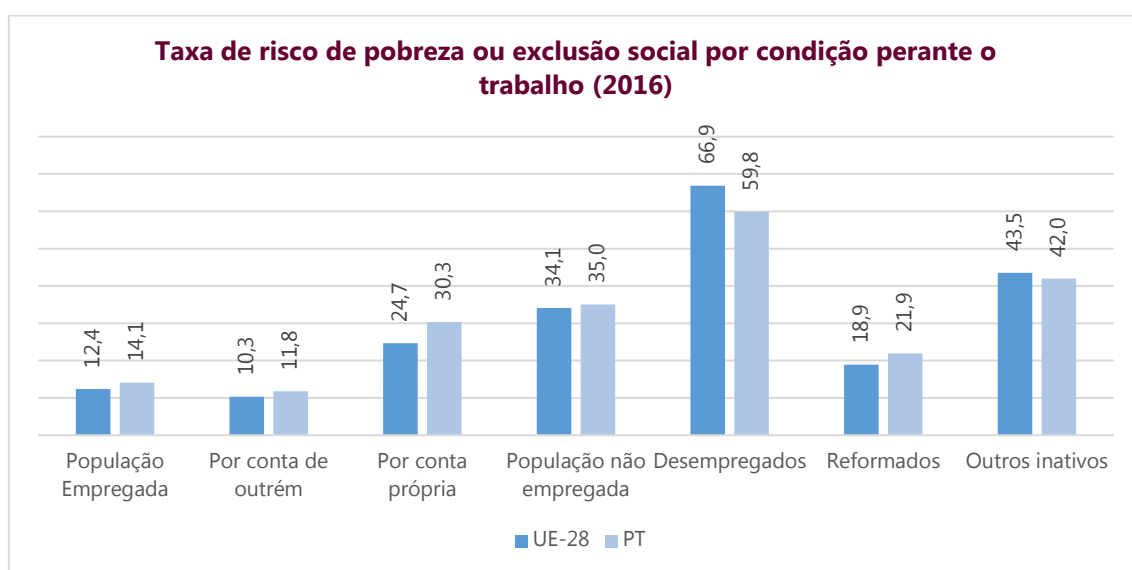
⁹ Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente, Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego.

¹⁰ Em 2017 as prestações médias foram de: 392.35€ no subsídio social de desemprego inicial; 371,83 no Subsídio Social Desemprego Subsequente; 398,51€ Prolongamento Subsídio Social Desemprego; e 306,34€ na Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração.

O segundo grupo com maior taxa de pobreza ou exclusão social foi o dos “outros inativos” . Apesar de uma diminuição desta taxa nos anos de 2015 e 2016, em 2017 houve um aumento de 0.6 p.p., com a pobreza ou exclusão social abrangendo 42.6% destes inativos.

Dentro do contexto europeu, em 2016, Portugal apresentava taxas de pobreza ou exclusão social acima da média da UE28 para os diferentes grupos com exceção dos desempregados e dos outros inativos. No caso dos desempregados, oito países da União Europeia apresentavam taxas superiores a 70%: Alemanha, Bulgária, Roménia, Lituânia, Holanda, Áustria, Hungria e Grécia. Na Alemanha, em 2016, 83.3% dos desempregados estavam em situação de pobreza ou exclusão social.

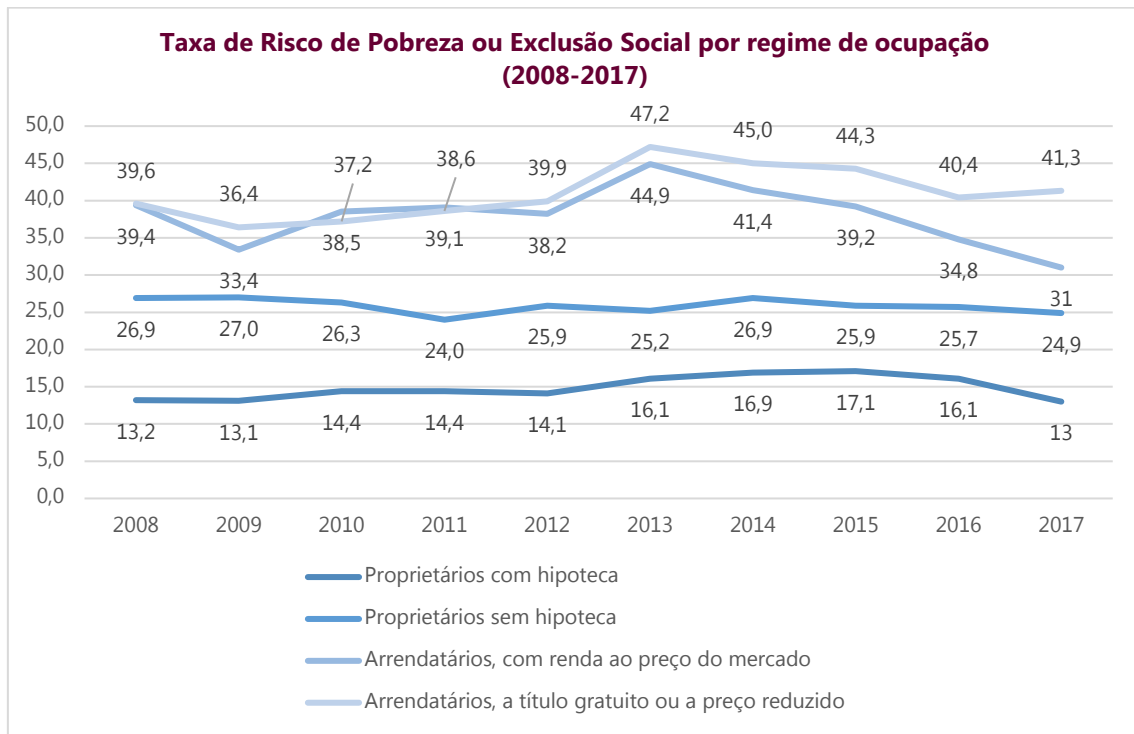
Por outro lado, em 2016, Portugal era o nono país com maior percentagem de trabalhadores em situação de pobreza ou exclusão social. Analisando unicamente os trabalhadores por conta própria, verifica-se que apenas a Roménia e a Grécia apresentavam taxas de pobreza ou exclusão social mais elevadas que Portugal, 64.1% e 33.2% respetivamente.



Fonte: Eurostat, 2018

Regime de ocupação do alojamento familiar

Em Portugal, os arrendatários apresentam um maior risco de pobreza ou exclusão social que os proprietários do alojamento familiar. Enquanto 13% dos proprietários com hipoteca e 25% dos proprietários sem hipoteca estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2017, esta taxa sobe para 31% e 41% quando nos referimos aos arrendatários com renda ao preço do mercado e a título gratuito / a preço reduzido. No último ano assistiu-se a uma diminuição do risco de pobreza ou exclusão social junto destes diferentes grupos, com exceção dos arrendatários a título gratuito ou a preço reduzido que teve um aumento de 0.9 pp face ao período homólogo.



Fonte: Eurostat, 2018

Apesar de um menor risco de pobreza ou exclusão social junto dos proprietários, Portugal possuía, em 2016, a 7ª percentagem mais elevada da UE-28 de proprietários (com ou sem hipoteca) nesta situação de vulnerabilidade¹¹. Dentro da União Europeia a taxa de risco de pobreza dos proprietários com hipoteca variava entre os 5.3% na Dinamarca e 33.1% na Grécia. No caso dos proprietários sem hipoteca o país com menor proporção de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social era a República Checa (9.8%) e o país com maior proporção era a Bulgária (39.3%). Quanto aos arrendatários, Portugal apresenta uma vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social muito próxima da média europeia¹². A Roménia possuía mais da metade dos arrendatários a preço de mercado em situação de pobreza ou exclusão social. No caso dos arrendatários a preço reduzido ou cedido gratuitamente, cinco países da EU-25 possuem taxas superiores a 50%: Suécia (61.2%), Bélgica (53%); Lituânia (51.5%); Irlanda (51.4%); e Bulgária (50.2%).

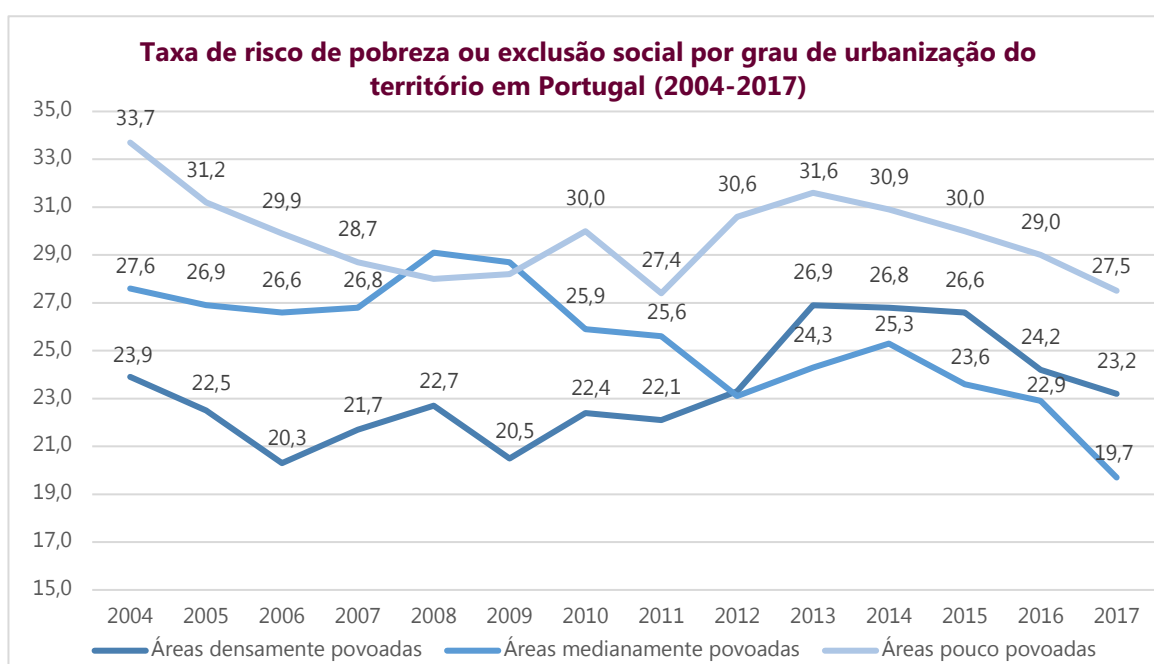
¹¹ Os seis países com risco de pobreza ou exclusão social dos proprietários sem hipoteca mais elevados são: Bulgária, Roménia, Grécia, Lituânia, Croácia e Letónia. No caso dos proprietários com hipoteca, os seis países com taxas mais elevadas são: Grécia, Roménia, Hungria, Bulgária, Chipre e Espanha.

¹² Em 2016, a taxa de pobreza ou exclusão social dos arrendatários com renda a preço reduzido ou cedido gratuitamente era de 40.4% para Portugal e 40.5% para a EU-28; para os arrendatários a preço de mercado esta taxa era de 34.8% para Portugal e 34.6% para a EU-28.

Grau de urbanização do território

No EU-SILC o único indicador que permite uma abordagem da dispersão territorial da pobreza ou exclusão social para o contexto português é a análise do grau de urbanização do território. São considerados três níveis de urbanização: áreas densamente povoadas; áreas medianamente povoadas; e áreas pouco povoadas¹³.

Em Portugal, com exceção dos anos de 2008 e 2009, a pobreza ou exclusão social tem vindo a abranger consecutivamente maiores proporções das populações das áreas rurais, face às grandes áreas urbanas e às vilas e subúrbios. Em 2017, 27.5% das pessoas que residiam nas áreas rurais estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Apesar de uma diminuição da pobreza ou exclusão social nas áreas rurais em 1.5 pp, continua a existir uma diferença significativa face ao risco de pobreza existente nas grandes áreas urbanas (23.2%) e nas pequenas áreas urbanas (19.7%). Sublinhe-se igualmente que foi nas pequenas áreas urbanas que se verificou uma maior diminuição da taxa de pobreza ou exclusão social face ao período homólogo (menos 3.2 pp).



Fonte: Eurostat, 2018

No entanto, se pensarmos na distribuição geográfica da população em situação de pobreza ou exclusão social, verificamos que é nos grandes centros urbanos que se encontram a maior parte destas pessoas. Em 2017, viviam nas grandes áreas urbanas 1 042 mil pessoas em situação de

¹³ Segundo o INE, as áreas densamente povoadas (que também podem ser denominadas de cidades ou grandes áreas urbanas) são definidas como um “conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), em que pelo menos 50% da população vive em agrupamentos de alta densidade. Entende-se por agrupamentos de alta densidade agrupamentos de quadriculas contíguas com 1 Km², com uma densidade populacional igual ou superior a 1 500 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 50 000 habitantes.”

As áreas medianamente povoadas (também denominado de vilas e subúrbios ou pequenas áreas urbanas) são “Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias) que, não fazendo parte de uma área densamente povoada, apresentem cada uma, menos de 50% da população a viver em agrupamentos de alta densidade e menos de 50% da população a viver em quadriculas (células com 1 km²) que representam o espaço rural, isto é, quadriculas fora dos agrupamentos urbanos. Entende-se por agrupamentos urbanos, agrupamentos que correspondem a um conjunto de quadriculas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 300 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 5 000 habitantes.”

As áreas pouco povoadas (também denominada de área rural) são “Conjunto de unidades locais (freguesias), em que mais de 50% da população vive em quadriculas classificadas como espaço rural.” (INE. Acedido em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt)

pobreza, equivalendo a 43.4% do total de pessoas nesta situação de risco. Nas zonas rurais, por seu lado, encontravam-se 743 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, correspondendo a 31% desta população.

Dentro do contexto da União Europeia, a pobreza ou exclusão social rural também continua a ser uma realidade. Segundo os dados de 2016, 1/4 da população das zonas rurais da UE28 estavam em situação de pobreza ou exclusão social. Os países onde se verificavam níveis mais altos de pobreza rural eram a Bulgária e a Roménia, ambos com mais da metade da população rural em situação de pobreza ou exclusão social (53.8% e 51.7%). O terceiro país com maior nível de pobreza ou exclusão social rural era a Grécia, com uma taxa de 38.9%.

Contudo, entre 2010 e 2016 verificou-se uma diminuição da diferença entre o rural e o urbano, com uma redução mais acentuada do risco de pobreza ou exclusão social nas zonas rurais e um aumento desta vulnerabilidade nas zonas de maior densidade demográfica¹⁴. Em 2016, a pobreza ou exclusão social atingia 25.5% da população das zonas rurais, 23.6% dos residentes nas grandes áreas urbanas e 21.6% nas vilas e subúrbios. Nesse ano viviam nas grandes cidades da União Europeia mais de 48.5 mil pessoas em situação de pobreza ou exclusão social¹⁵.

Os países com maiores níveis de pobreza ou exclusão social nos grandes centros urbanos são a Grécia, a Bulgária e a Itália. Em 2016, na Grécia, uma em cada três pessoas que residiam nas grandes cidades estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Na Bulgária e na Itália esta taxa também ultrapassa os 30%.¹⁶

População estrangeira

Outro grupo com forte vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social é o das pessoas com nacionalidade estrangeira. Enquanto a população portuguesa tem uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 22.9%, a taxa da população estrangeira é de 36.6%. No entanto, dentro da população estrangeira distinguem-se dois grupos muito distintos ao nível deste tipo vulnerabilidade social: os estrangeiros que possuem nacionalidade de outro Estado-Membro e os que são provenientes de países extracomunitários. A diferença na taxa de risco de pobreza ou exclusão social entre estes dois grupos é de 32.2 pp., sendo o risco de pobreza dos estrangeiros que possuem cidadania da UE28 de 12.2% e o dos extracomunitários 44.4%. A este menor risco de pobreza ou exclusão social dos estrangeiros com cidadania da UE28 face aos extracomunitários e a população nacional acresce uma diminuição mais acentuada deste risco entre 2016 e 2017: para a população nacional houve uma redução de 1.4 pp; de 5.4 para os estrangeiros extracomunitários; e de 13.8 pp para os estrangeiros de outros Estados Membros.

Na evolução do risco de pobreza entre 2004 e 2017, verifica-se uma maior variação desta taxa junto da população estrangeira face a população nacional, sobretudo a partir de 2009. Esta maior variação poderá ser explicada em parte pela maior mobilidade da população estrangeira, levando a que em momentos de crise e aumento do desemprego exista um movimento de retorno para os países de origem ou de re-emigração para outros países. Sublinhe-se que entre 2009 e 2015, Portugal teve uma diminuição de 58 424 estrangeiros a residirem em Portugal.¹⁷

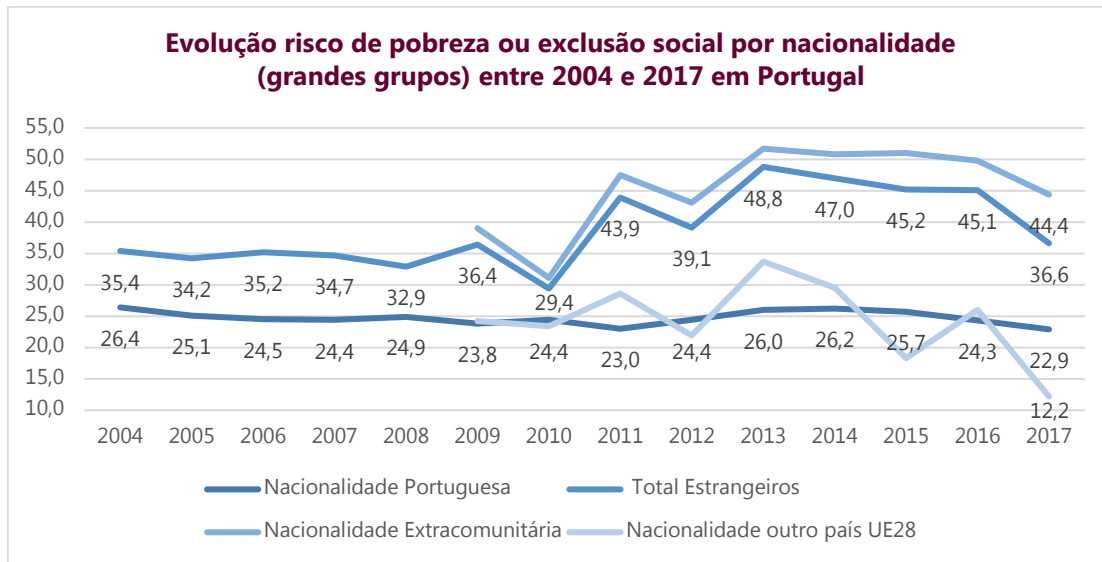
¹⁴ Entre 2010 e 2016, o risco de pobreza ou exclusão social diminuiu 3.6 pp nas zonas rurais, diminuiu 1.2 pp nas vilas e subúrbios e aumentou 0.9 nos grandes centros urbanos.

¹⁵ Cerca de 70% destas pessoas residiam-se nos grandes centros urbanos do Reino Unido, da Alemanha, da Itália, da Espanha e de França.

¹⁶ A taxa de pobreza ou exclusão social era de 33.6% na Grécia, 31.1% na Bulgária e 30.3% na Itália

¹⁷ SEF, *Evolução da População Estrangeira em Território Nacional*. Acedido em: <https://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

Apesar de um aumento da população estrangeira nos últimos dois anos, esta permanece inferior à registada em 2009. Em 2017, o SEF registava a existência de 421 711 estrangeiros residentes em Portugal, mais 6% face a 2016. As quatro principais nacionalidades de estrangeiros eram a brasileira, cabo-verdiana, ucraniana e romena e representavam 43.5% dos estrangeiros residentes em Portugal. Tendo em conta apenas a população estrangeira proveniente de países da UE, verificou-se um aumento em 15.8% de residentes em Portugal entre 2016 e 2017¹⁸. As quatro principais nacionalidades da UE presentes em Portugal eram a romena, a britânica, a francesa e a italiana, que correspondiam a 59.5% dos estrangeiros da UE.¹⁹



Fonte: Eurostat, 2018

A maior vulnerabilidade dos estrangeiros extracomunitários à pobreza ou exclusão social também é uma realidade que atravessa os diferentes países da União Europeia. Tendo em conta o ano de 2016, apenas dois países contrariavam esta tendência²⁰: a República Checa²¹, onde a taxa de pobreza ou exclusão social é superior junto dos estrangeiros comunitários face aos extracomunitários; e a Bulgária²² cujo risco dos nacionais e dos estrangeiros comunitários é quase idêntico. É igualmente importante sublinhar que, em 2016, o Eurostat estimava que 48.7% dos estrangeiros de países terceiros residentes na União Europeia estavam em risco de pobreza ou exclusão social e apontava a existência de sete países onde mais da metade destes estrangeiros viviam este tipo de vulnerabilidade social: Grécia (61.8%), Suécia (61.3%), Bélgica (60.3%), Espanha (59.5%), Itália (54%), França (53.9%) e Holanda (53.9%). A Suécia, a Bélgica e a França são os três países que apresentam uma maior diferença entre o risco de pobreza ou exclusão social da população nacional e dos estrangeiros extracomunitários: 46.1 pp, 41.9 pp e 38.4 pp respetivamente.

¹⁸ Neste período existiram sete nacionalidades com um aumento superior a 30% do seu contingente: Malta, Itália, Chipre, França, Suécia, Croácia e Dinamarca.

¹⁹ SEF, *População Estrangeira Residente em Portugal*. Acedido em: <https://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

²⁰ A Letónia também apresenta uma taxa de risco de pobreza para nacionais da União Europeia superior às restantes, no entanto, o Eurostat identifica um baixo nível de fiabilidade deste dado.

²¹ Taxa de risco de pobreza ou exclusão social: 18.2% para estrangeiros da EU; 16.3% para estrangeiros de países terceiros.

²² Taxa de risco de pobreza ou exclusão social: 39.4% para nacionais de países terceiros; 39.3% para as pessoas com nacionalidade búlgara.

Pobreza monetária

A pobreza monetária tem em conta os rendimentos referentes ao ano civil anterior à aplicação do EU-SILC e é medida pela proporção da população com rendimento equivalente abaixo da linha de pobreza. Este limiar é definido como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente²³. Assim, segundo os rendimentos de 2016, encontrava-se em situação de pobreza um adulto que vivesse sozinho com um rendimento de 5 443€ anuais ou 453.6€ mensais. Para uma família de dois adultos e duas crianças com menos de 14 anos o limiar era de 11 429€ anuais (952.4€ mensais). Encontrava-se nessa situação 18.3% da população residente em Portugal, ou seja, 1887 mil pessoas.

Tabela 1: Taxa de risco de pobreza em Portugal

Taxa de risco de pobreza	2016	2015
<i>Género</i>		
H	17,8	18,2
M	18,7	19,6
<i>Grupo Etário</i>		
<18	20,7	22,4
18-64	18,1	18,2
>64	17	18,3
<i>Agregado doméstico</i>		
Um adulto sem criança dependente	25,4	26,3
Dois adultos sem criança dependente	16,6	16,2
Três ou mais adultos	12,5	12,8
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	33,1	31,6
Dois adultos e uma criança dependente	12,4	15,0
Dois adultos e duas crianças dependentes	16,9	17,0
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	41,4	42,7
Três ou mais adultos com crianças dependentes	23,1	24,7
<i>Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)</i>		
Total em emprego	10,8	10,9
Por conta de outrem	7,8	8,2
Por conta própria	31,8	29,6
Total sem emprego	25,1	25,4
Desempregado	44,8	42,0
Reformado	15,1	16,0
Outros inativos	32,3	31,2
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais anos)</i>		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	23,2	24,1
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	13,6	12,2
Ensino superior (ISCED 5-8)	4,5	4,7
<i>Grau de urbanização do território</i>		
Áreas densamente povoadas	17,8	17,3
Áreas medianamente povoadas	15,1	16,9
Áreas pouco povoadas	22,9	24,0
<i>Nacionalidade (18 ou mais anos)</i>		
Nacionalidade portuguesa	17,7	18,0
Total nacionalidade estrangeira	27,1	32,9
Extracomunitária	33,6	36,6
Outro país UE28	6,8	18,0

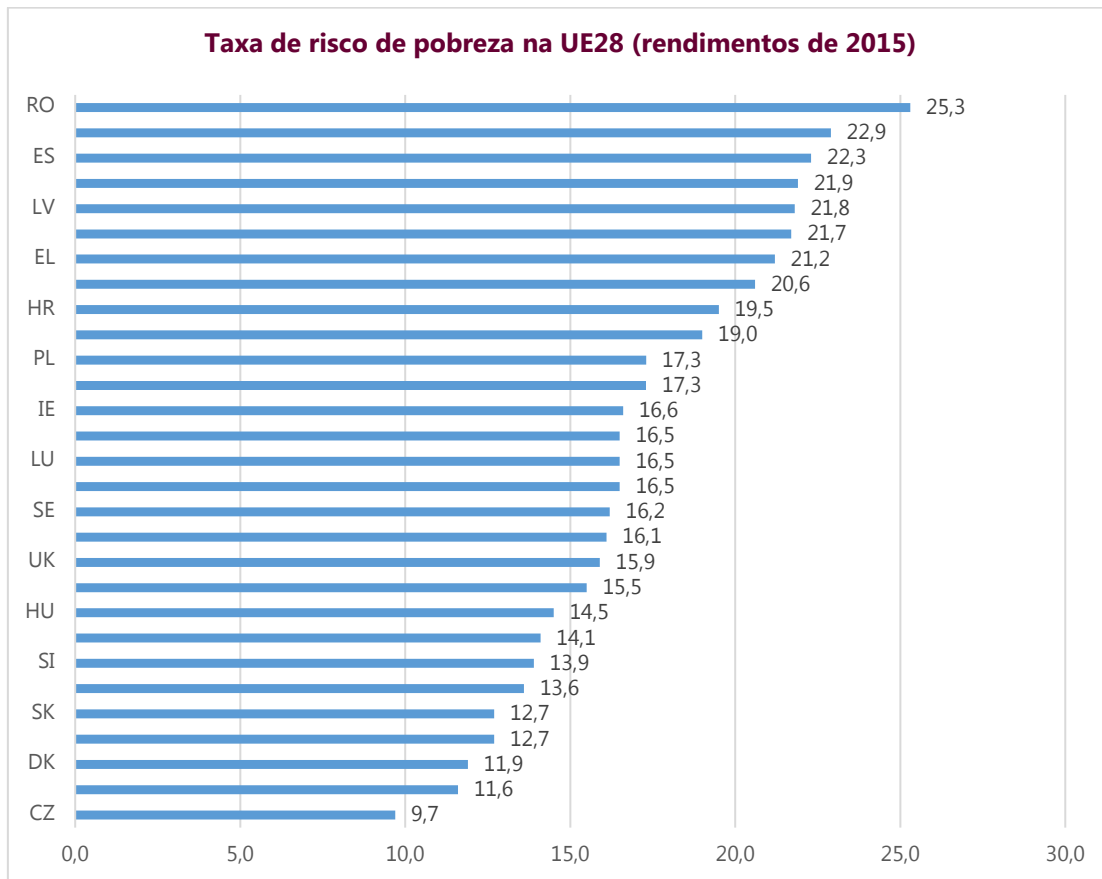
Fonte: Eurostat, 2018

²³ INE

Após um período de aumento do risco de pobreza entre 2009 e 2013/2014 onde a proporção da população em situação de pobreza passou de 17.9% para 19.5%, os dois últimos anos apresentaram uma diminuição gradual desta taxa.

Em termos de caracterização da população mais vulnerável à pobreza continuamos a encontrar a população feminina (18.7%); a população infantil (20.7%); as pessoas que vivem em agregados compostos por dois adultos e três ou mais filhos (41.4%), em agregados monoparentais (33.1%) ou indivíduos que vivem sozinhos (25.4%); os desempregados (44.8%), os outros inativos (32.3%) e os trabalhadores por conta própria (31.8%); a população com menores níveis de escolaridade, nomeadamente os que apenas possuem o ensino básico (23.2%); a população rural (22.9%); e os estrangeiros que possuem cidadania de países terceiros (33.6%). A diminuição da taxa de risco de pobreza refletiu-se também nestes diferentes grupos sociais, com exceção das famílias monoparentais, dos trabalhadores por conta própria, dos desempregados e dos outros inativos que, pelo contrário, sentiram um aumento do risco de pobreza. Através da tabela abaixo é possível conhecer o risco de pobreza monetária segundo diferentes dimensões com base nos rendimentos referentes aos anos de 2016 e 2015 (EU-SILC 2017 e 2016).

Não estando ainda disponíveis os dados do EU-SILC 2017 para todos os Estados-Membros, apenas é possível uma análise europeia com base nos dados do inquérito anterior. Assim, com base nos rendimentos de 2015, 17.3% da população da União Europeia estava em situação de pobreza monetária, ou seja, cerca de 86.9 mil pessoas. Neste contexto, Portugal era o 10º com maior taxa de pobreza monetária da União Europeia. O país com maior proporção da população em situação de risco de pobreza monetária era a Roménia, com mais de ¼ da sua população nesta situação de precaridade. Em oito países o risco de pobreza abrangia mais de 20% da população. Por outro lado, mais da metade das pessoas em situação de pobreza da UE28 (53.4%) residiam em quatro Estados-Membros: Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido.

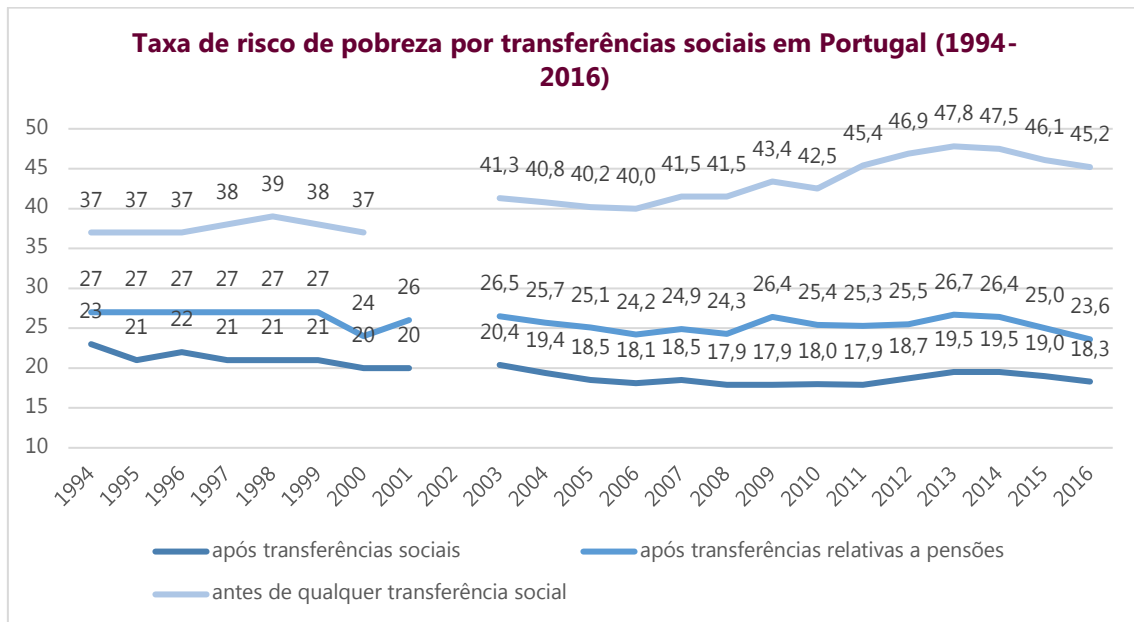


Fonte: Eurostat, 2018

Risco de pobreza monetária e transferências sociais

Se não existisse um sistema de proteção social em Portugal, a pobreza atingiria 45.2% da população que reside em território nacional. Caso este sistema se resumisse às pensões, 23.6% da população estaria em situação de pobreza monetária. Se analisarmos a diferença da taxa de pobreza antes de qualquer transferência social e após todas as transferências sociais, percebemos um aumento gradual desta distância: em 1994 existia uma distância de 14 pp entre estas duas taxas e segundo os rendimentos de 2016 a diferença é de cerca de 27 pp. Verifica-se assim um agravamento da percentagem de pessoas em situação de pobreza monetária desde 1994 quando se anula os rendimentos provenientes das transferências sociais, enquanto que a taxa de pobreza após transferências sociais tem sofrido uma diminuição gradual, ainda que de forma irregular.

No entanto, dentro das transferências sociais são as pensões que assumem um papel central na redução da taxa de pobreza. A taxa de risco de pobreza monetária reduz 21.6 pp quando consideramos as pensões e 26.9 pp são consideradas todas as transferências sociais. A diferença da taxa de pobreza monetária considerando os valores das pensões e considerando todas as transferências sociais foi, em 2016, a menor que se verificou desde o início do século (5.3 pp). Sublinhe-se que o efeito protetor destas transferências sociais foi visível no período da crise económica e social quando esta diferença se manteve entre os 8.5 pp, em 2009, e os 6.9 pp, em 2013.



Fonte: Eurostat, 2018

Ao nível europeu, verificam-se também importantes diferenças entre a taxa de risco de pobreza antes e após todas as transferências sociais, sendo a realidade portuguesa (diferença de 27.1 pp em 2015) semelhante à média europeia (diferença de 27.2 pp em 2015). No entanto, a realidade entre estados é ainda significativa. Enquanto a Estónia e a Letónia possuem uma diferença entre estas duas taxas que ronda os 18 pp²⁴, para cinco Estados-Membros esta diferença ultrapassa os 30 pp, nomeadamente na Áustria (30.7), França (31.4), Grécia (31.7), Finlândia (32.1) e Hungria (33.1).

Por fim, sublinhe-se que a República Checa possui a menor taxa de risco de pobreza da União Europeia independentemente de serem consideradas as transferências sociais (incluindo todas as transferências ou apenas as pensões) ou não²⁵.

Intensidade da pobreza monetária

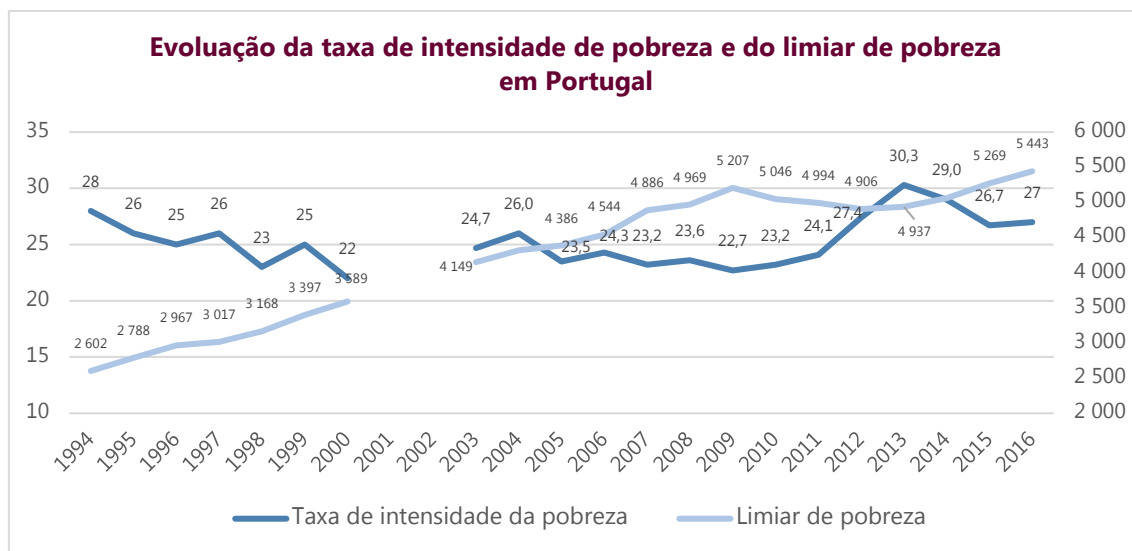
Através da taxa de intensidade da pobreza procura-se perceber qual a distância entre o rendimento das pessoas em situação de pobreza e o limiar de risco de pobreza. Quanto mais alta for essa diferença, mais precária é a situação económica da população em situação de pobreza. Assim, em 2016, o rendimento mediano das pessoas em situação de pobreza monetária encontrava-se 27% abaixo do limiar de pobreza.

A evolução da intensidade da pobreza em Portugal tem sido irregular. Houve diminuição da intensidade da pobreza, ainda que de forma irregular, entre 1994 e 2000, altura em que a intensidade da pobreza atingiu o seu nível mais baixo (22%). Pelo contrário, o período da crise económica marca um novo crescimento da intensidade da pobreza em Portugal, levando a que esta taxa suba dos 22.7% em 2009 para 30.3% em 2013, altura em que se verificou uma maior

²⁴ Na Estónia a taxa de risco de pobreza sem qualquer transferência social é de 39.7% e baixa para 21.7 pp após as transferências sociais. No caso da Letónia, o risco de pobreza antes das transferências sociais é de 40.2% e baixa para 21.8% quando consideradas todas as transferências sociais.

²⁵ Em 2015, o risco de pobreza monetária, na República checa era de 9.7% considerando todas as transferências sociais; de 16.3% considerando apenas as pensões; e de 36.5% sem qualquer transferência social.

distância entre os rendimentos da população em situação de pobreza e o limiar de pobreza. Note-se, no entanto, que esse mesmo período marcou uma diminuição do limiar de risco de pobreza que passou de 5 207€ por ano, em 2009, para 4 937€, 2013. O aumento da intensidade de pobreza em conjunto com a diminuição do limiar de risco de pobreza aponta para o forte impacto que este período de crise económica teve junto da população em situação de risco de pobreza.



Fonte: Eurostat, 2018

Dentro da União Europeia, em 2015, a população em situação de pobreza possuía um rendimento 25% inferior ao limiar de pobreza do país de residência e em cinco Estados-Membro a taxa ultrapassava os 30%: Roménia (36.2%), Grécia (31.9%), Itália (31.6%), Espanha (31.4%) e Bulgária (30.4%). Pelo contrário, a Finlândia (13.9%), Malta (15.9%) e França (16.6%) são os países com as menores taxas de intensidade de pobreza. Portugal possui a oitava maior taxa da União Europeia.

Pobreza persistente

Através da dimensão longitudinal do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) é possível analisar a população em situação de risco de pobreza que se encontra nessa situação de forma mais persistente, ou seja, as pessoas que se encontram em risco de pobreza no momento de aplicação do Inquérito e em dois dos últimos três anos²⁶.

Apesar de uma diminuição do risco de pobreza no último ano, Portugal assistiu a um aumento significativo da pobreza persistente. Em 2016, 14,2% da população estava em situação de pobreza persistente, sendo a taxa mais elevada dos últimos 10 anos. Em 2015, 11,5% encontrava-se nessa situação. Sublinhe-se que a diferença entre a taxa de risco de pobreza e a de risco de pobreza persistente é de apenas 4.1 pp, o que significa que predomina em Portugal uma situação de

²⁶ Eurostat. Acedido em: http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=DSP_GLOSSARY_NOM_DTL_VIEW&StrNom=C_ODED2&StrLanguageCode=EN&IntKey=16910668&RdoSearch=CONTAIN&TxtSearch=persistent&CboTheme=16713672&IntCurrentPage=1

pobreza persistente existindo apenas uma pequena proporção da população nacional (4.1%) que consegue libertar-se da situação de risco de pobreza por períodos superiores a três anos.

Em Portugal, os grupos que demonstram maior vulnerabilidade à pobreza persistente são as mulheres, as crianças e jovens, as pessoas que possuem apenas o ensino básico, e os agregados familiares com filhos dependentes, em especial as famílias monoparentais. Sublinhe-se que mais de 29% das famílias monoparentais em Portugal estão numa situação de pobreza persistente e mais de 19% das crianças vivem em agregados onde o risco de pobreza é uma realidade constante. É também ao nível das famílias monoparentais que encontramos um maior aumento da pobreza persistente face ao ano de 2015 (13.5 pp).

Tabela 2: Taxa de risco de pobreza persistente em Portugal

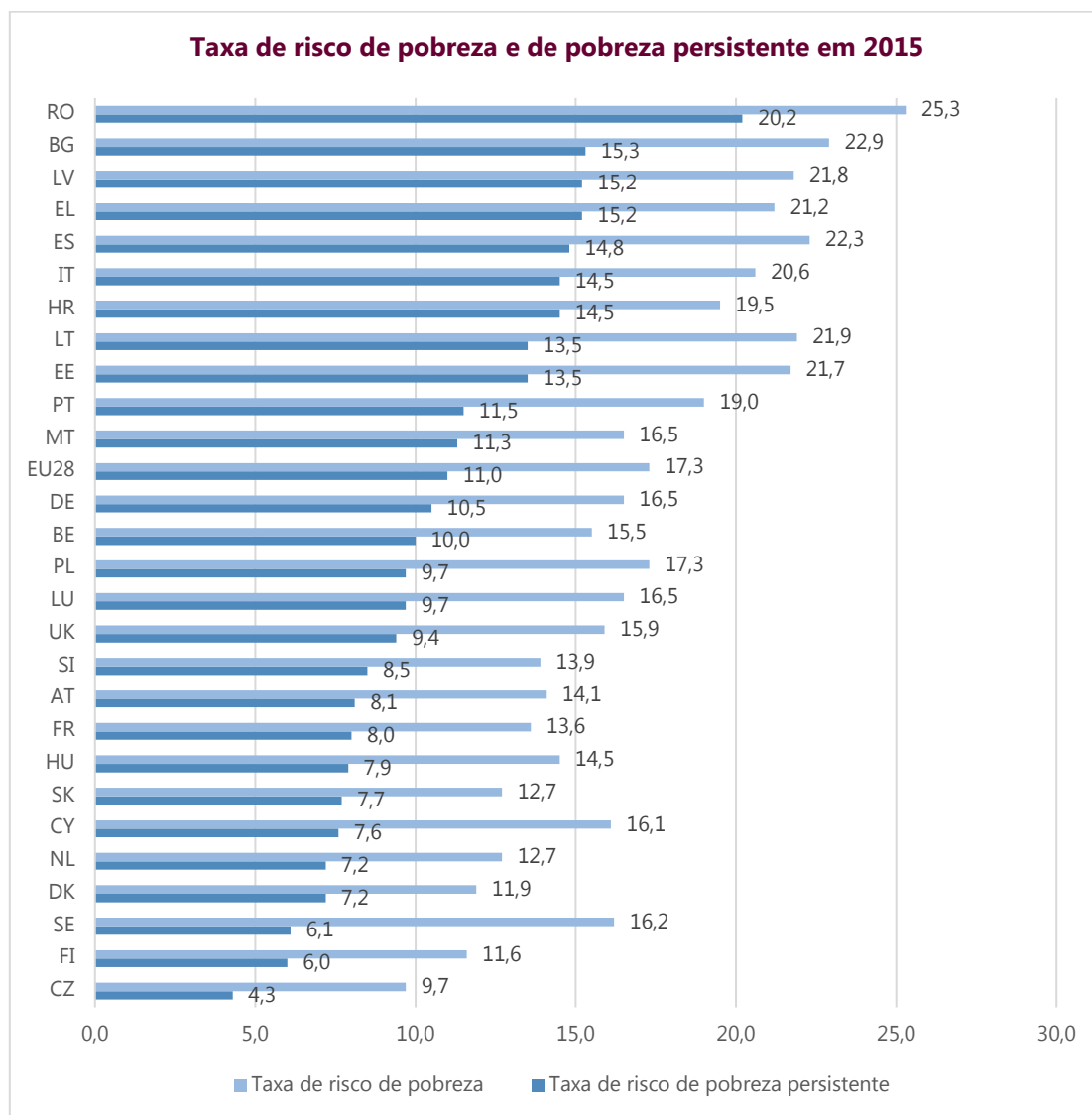
Taxa de risco de pobreza e risco de pobreza persistente	Risco de pobreza persistente		Risco de pobreza
	2016	2015	2016
<i>Género</i>			
H	13,6	11,2	17,8
M	14,8	11,8	18,7
<i>Grupo Etário</i>			
<18	19,4	17,2	22,4
18-64	13,8	10,4	18,1
>64	11,7	10,8	17
<i>Agregado doméstico</i>			
Agregados sem crianças dependentes	11,5	9,2	16,9
Um adulto sem criança dependente	15,7	16,3	25,4
Dois adultos sem criança dependente	10,4	7,5	16,6
Agregados com crianças dependentes	17	13,8	19,7
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	29,3	15,8	33,1
Dois ou mais adultos com crianças dependentes	15,8	13,6	18,6
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais anos)</i>			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	17,7	14,3	23,2
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	8,7	5,2	13,6
Ensino superior (ISCED 5-8)	2,3	2,5	4,5

Fonte: Eurostat, 2018

No contexto da União Europeia, em 2015, altura em que a taxa nacional de pobreza persistente era de 11.5%, Portugal era o 10º país com maior percentagem da população em risco de pobreza persistente. Em cinco países europeus esta taxa era superior a 15% (Roménia, Bulgária, Letónia e Grécia), sendo que na Roménia 1/5 da população estava em risco de pobreza persistente.

Por outro lado, apenas na República Checa era possível encontrar uma taxa inferior a 5%. Entre os países com menores níveis de pobreza persistente destacavam-se também a Finlândia e a Suécia. Sublinhe-se que a Suécia apresentava uma maior diferença entre a taxa de risco de pobreza e a de pobreza persistente (10.1 pp). Não existindo um aumento significativo do risco de pobreza nos últimos quatro anos²⁷, estes dados apontam para uma menor duração do risco de pobreza vivenciada pela maior parte das pessoas em risco de pobreza na Suécia.

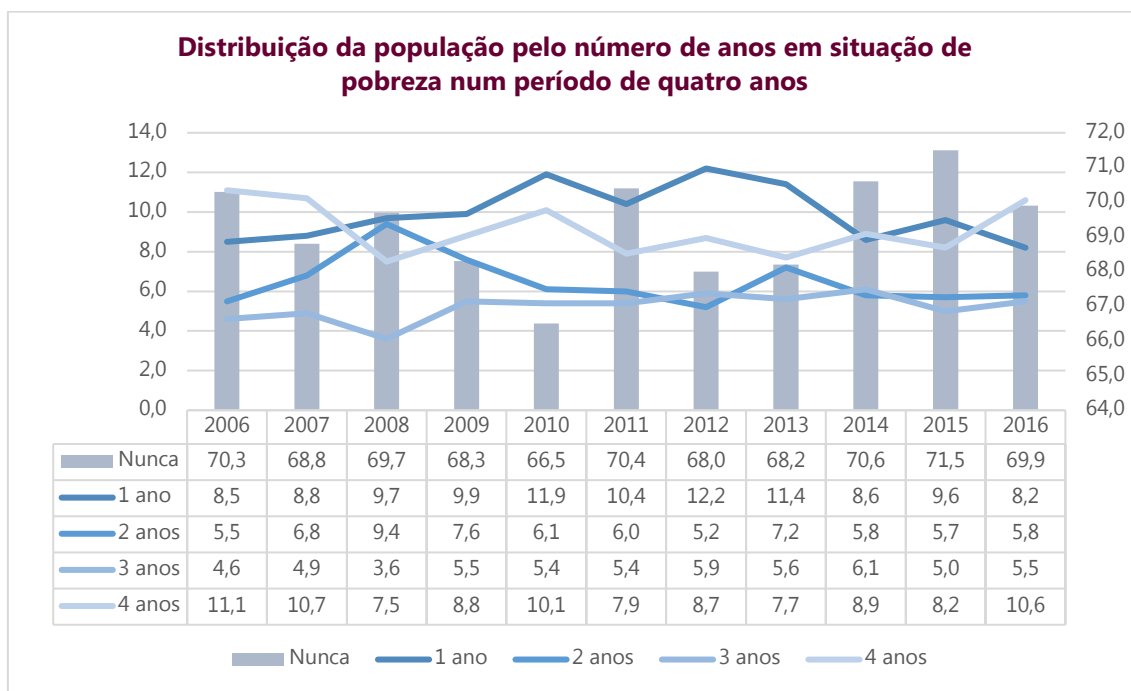
²⁷ Nos últimos quatro anos, o risco de pobreza na Suécia variou entre 15.6%, em 2013, e 16.3% em 2014.



Fonte: Eurostat, 2018

Distribuição da população por anos em situação de pobreza

Uma melhor compreensão da pobreza persistente pode ser obtida com a análise da distribuição da população por anos em situação de pobreza ao longo dos últimos quatro anos. Entre 2013 e 2016, 30.1% da população residente em Portugal esteve em risco de pobreza monetária durante pelo menos um ano, sendo que 11.1% esteve em situação de risco de pobreza ao longo de todo esse período. Apenas nos anos de 2006 e 2007 encontramos uma percentagem mais elevada de pessoas que estiveram continuamente em situação de risco de pobreza durante um período de quatro anos. Por outro lado, em 2016, verificou-se uma diminuição da percentagem de pessoas que só estiveram nessa situação durante um ano e um aumento dos que estiveram dois, três ou quatro anos face ao período homólogo.



Fonte: Eurostat, 2018

Analisando o período entre os anos 2012 e 2015, verificamos que 27.7% da população residente na União Europeia esteve em risco de pobreza monetária durante pelo menos um ano. A maior parte só esteve nessa situação durante um ano (9.2%), no entanto, para 7.6% a situação de pobreza manteve-se inalterável durante esses quatro anos.

Dentro deste contexto europeu, e tal como ocorre com outros indicadores, existem realidades muito diferentes. Assim, encontramos oito Estados-Membros²⁸ nos quais menos de 70% das suas populações nunca estiveram em situação de pobreza ao longo desse período, e seis países²⁹ nos quais mais de 80% das populações nunca vivenciaram situações de pobreza. Assim, enquanto na Grécia 61.2% da população nunca esteve em situação de pobreza monetária (ou seja, cerca de 39% esteve em risco de pobreza pelo menos durante um ano), na República Checa 85.2% da sua população não vivenciou risco de pobreza entre 2012 e 2015.

Por outro lado, na Roménia, na Letónia, na Grécia, na Bulgária e em Itália mais de 10% das suas populações permaneceram em situação de pobreza de forma contínua entre 2012 e 2015. Na Roménia, 15.8% da população esteve em situação de pobreza durante esses quatro anos. Pelo contrário, é possível identificar seis países onde essa taxa foi inferior a 5%, nomeadamente na República Checa, na Eslováquia, na Finlândia, na Suécia, na Áustria e no Reino Unido.

Caracterização da população em situação de pobreza monetária

Os dados disponibilizados pelo Eurostat apenas permitem uma caracterização da população em situação de pobreza monetária tendo em conta três dimensões: sexo, grupo etário e grau de urbanização do território.

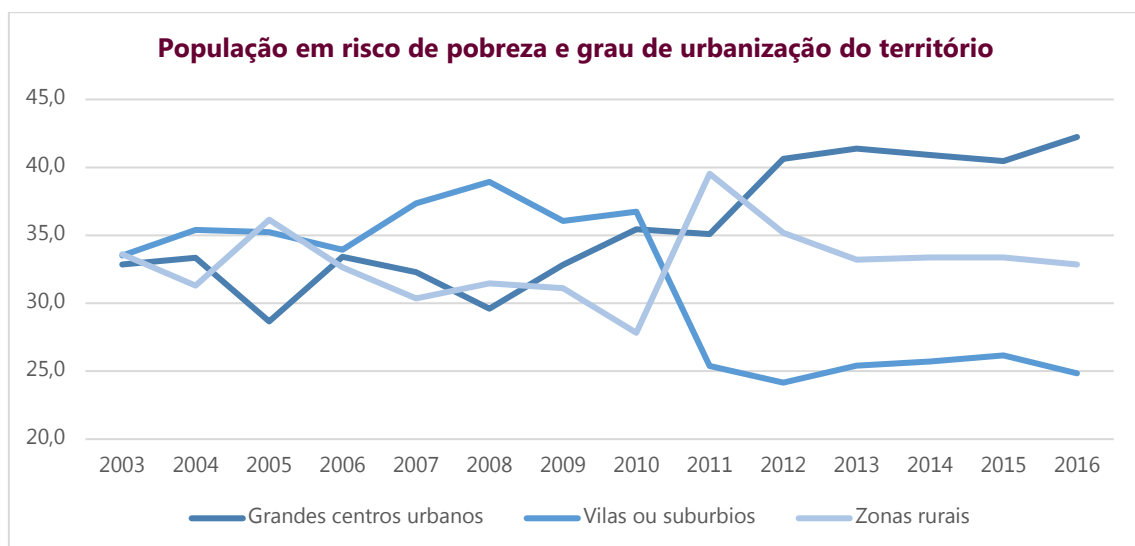
²⁸ Estes países são: Grécia, Letónia, Estónia, Bulgária, Roménia, Espanha, Reino Unido e Polónia

²⁹ Estes países são: República Checa, Finlândia, Dinamarca, Suécia, Holanda e Eslováquia

Segundo os rendimentos de 2016, em Portugal, a população em risco de pobreza monetária é maioritariamente uma população feminina (53.9%). A maior parte encontra-se na faixa etária dos 18 aos 64 anos (60.9%), mas é também significativo o peso das crianças e dos idosos. Em Portugal, existem 368 mil crianças em situação de pobreza e 73 mil está em idade pré-escolar, ou seja, cerca de 1/5 das pessoas em risco de pobreza são crianças e 4% tem menos de 6 anos. Sublinhe-se que tem vindo a diminuir o peso das crianças dentro da população em situação de pobreza, existindo em 2016 o valor mais baixo de todo o período de análise (rendimentos de 2003 a 2016). Em 2003, o peso das crianças e jovens com menos de 18 anos era de 23.1% e a das crianças em idade pré-escolar era de 6.7%.

A população com mais de 65 anos em situação de pobreza tem, em 2016, um peso e uma dimensão semelhante a população com menos de 18 anos. No entanto, a população com mais de 74 anos, corresponde a 11.6% das pessoas em risco de pobreza e a mais da metade (59%) dos idosos que se encontram em risco de pobreza. Entre 2003 e 2012, houve uma tendência de diminuição do número de idosos em situação de pobreza e do seu peso na população idosa, passando de 23.8% em 2003 para 15.1% em 2012. Entre 2013 e 2015 assistimos a um novo aumento do peso dos idosos na população em risco de pobreza quando atinge 19.9%. Em 2016, há uma diminuição em 0.3 pp.

Ao nível geográfico, em Portugal é nos grandes centros urbanos que reside a maior parte das pessoas em risco de pobreza (42.2%), seguido das zonas rurais 32.9%. Se em 2003 havia uma distribuição quase homogénea da população em risco de pobreza pelas áreas com alta, média ou baixa densidade demográfica, essa situação alterou-se gradualmente, assumindo uma nova configuração sobretudo a partir de 2011, altura da crise económica. Assim, se até 2010, as pessoas em risco de pobreza estavam tendencialmente mais concentradas nas vilas e áreas suburbanas, em 2011 verifica-se uma súbita diminuição da população em risco de pobreza nestas áreas (-11.3 pp), passando a ter o menor número e peso de pessoas em situação de pobreza. No caso dos grandes centros urbanos há uma evolução irregular até 2008, altura em que começa um aumento contínuo do número de pessoas em risco de pobreza nas áreas fortemente povoadas. A partir de 2012 acentua-se a tendência de maior concentração da população em situação de pobreza nos grandes centros urbanos.



Fonte: Eurostat, 2018

Tendo em conta a população em risco de pobreza que reside na União Europeia encontramos um número superior de mulheres (53%), de adultos com idade compreendida entre os 18 e os 64 anos (61.2%) e mais concentrada nos grandes centros urbanos (39.7%). Segundo os rendimentos de 2015, os dados europeus aproximavam-se dos nacionais: 54.4% dos pobres eram mulheres; 59.4% tinham entre 18 e 64 anos; e 40.5% estavam nas áreas densamente povoadas. Na UE28, 22.8% dos pobres eram crianças e 6.8% tinha menos de 6 anos. No total, residiam na UE28 19,8 milhões de crianças em situação de pobreza e 62% destas crianças encontravam-se concentradas em cinco países: Itália, França, Espanha, Reino Unido e Alemanha. Na Irlanda, na França e na Eslováquia mais de 30% das pessoas em situação de pobreza tinham menos de 18. Por outro lado, os idosos representavam 16% das pessoas em situação de pobreza da UE28. A Estónia e a Letónia destacam-se dos restantes países europeu por terem mais de 30% das pessoas em risco de pobreza com 65 anos ou mais. Na Eslováquia, no Luxemburgo e na Hungria menos de 10% dos pobres tinham 65 anos ou mais.

Intensidade laboral muito reduzida

A intensidade laboral muito reduzida é um dos indicadores que compõe a taxa de risco de pobreza ou exclusão social e mede a população que vive em agregados familiares onde os seus membros trabalharam menos de 20% do seu potencial total durante um período de 12 meses^{30,31}

Em Portugal, 599 mil pessoas viviam em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida, correspondendo a 8% da população nacional³². Os primeiros dados disponíveis sobre este indicador remontam a 2003, altura em que 6.9% da população nacional vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida. Após uma diminuição desta taxa no ano seguinte, houve um período de crescimento quase contínuo até atingir o seu valor mais elevado (12.2%) nos anos de 2012/2013, no auge na crise económica. Nos últimos três anos Portugal tem vivenciado uma diminuição das pessoas que vivem em famílias onde não existe uma inclusão no mercado de trabalho dos seus membros ou esta inserção abrange no máximo 20% do potencial do agregado. Entre 2013 e 2016 houve uma diminuição de 4.2 pp e uma diminuição de 0.9 face ao período homólogo. No entanto, sublinhe-se que continuamos com uma taxa de intensidade laboral muito reduzida superior à existente em 2008.

A proporção de população que reside em agregados com intensidade laboral muito reduzida é maior junto da população feminina (8.2%), sendo que a diferença entre homens e mulheres é de apenas 0.3 pp. Tendo em conta os grupos etários, verifica-se o maior peso da intensidade laboral muito reduzida junto da população adulta (18 aos 59 anos) comparativamente à população com menos de 18 anos. Enquanto 8.7% dos adultos encontram-se em agregados com intensidade laboral muito reduzida, 5.9% das crianças estão nesta situação. Efetivamente, existe uma diferença significativa na taxa de intensidade laboral muito reduzida nos agregados com e sem crianças dependentes. Enquanto esta taxa é de 13.5% para os agregados sem crianças dependentes (atingindo 17.5% dos adultos que vivem sozinhos), para os agregados sem crianças dependentes esta percentagem é de 5.4%. No entanto, é importante sublinhar que o agregado monoparental

³⁰ O período de referência corresponde ao ano civil anterior a aplicação do inquérito. Como tal, no EU-SILC de 2007, os dados deste indicador correspondem a 2016.

³¹ Eurostat. Acedido em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Persons_living_in_households_with_low_work_intensity

³² Neste indicador são considerados apenas as pessoas com menos de 60 anos.

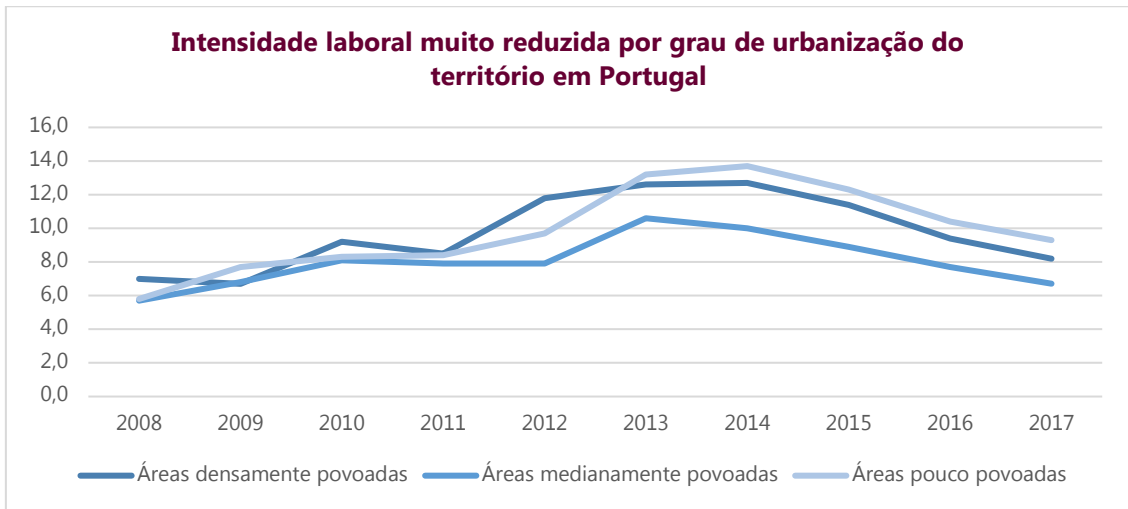
se distancia dos restantes agregados com crianças dependentes, apresentando 17.3% destes agregados com uma intensidade laboral muito reduzida.

Tabela 3: Intensidade laboral muito reduzida em Portugal

Intensidade laboral muito reduzida	2016	2015
<i>Género (0-59 anos)</i>		
H	7,9	8,8
M	8,2	9,4
<i>Grupo Etário (0-59 anos)</i>		
<18	5,9	6,4
18-59	8,7	10
>60	8	9,1
<i>Agregado doméstico (0-59 anos)</i>		
Um adulto sem criança dependente	17,5	19,9
Dois adultos sem criança dependente	15,9	19,2
Três ou mais adultos	10,4	11,7
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	17,3	17,1
Dois adultos e uma criança dependente	3,4	4
Dois adultos e duas crianças dependentes	3	3
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	6,7	8,1
Três ou mais adultos com crianças dependentes	7,2	8,5
<i>Condição perante o trabalho (18-59 anos)</i>		
Total em emprego	0,2	0,2
Por conta de outrem	0,1	0,2
Por conta própria	0,4	0,4
Total sem emprego	30	32,1
Desempregado	36,8	38
Reformado	48,1	50,7
Outros inativos	23,4	24
<i>Nível de escolaridade (18-59 anos)</i>		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	12,8	14,2
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	5,2	6,4
Ensino superior (ISCED 5-8)	4,3	4,9
<i>Grau de urbanização do território (0-59 anos)</i>		
Áreas densamente povoadas	8,2	9,4
Áreas medianamente povoadas	6,7	7,7
Áreas pouco povoadas	9,3	10,4
<i>Nacionalidade (18-59 anos)</i>		
Nacionalidade portuguesa	8,7	10
Total nacionalidade estrangeira	10,6	7,1
Extracomunitária	11,9	5,9
Outro país UE28	5,6	13,3

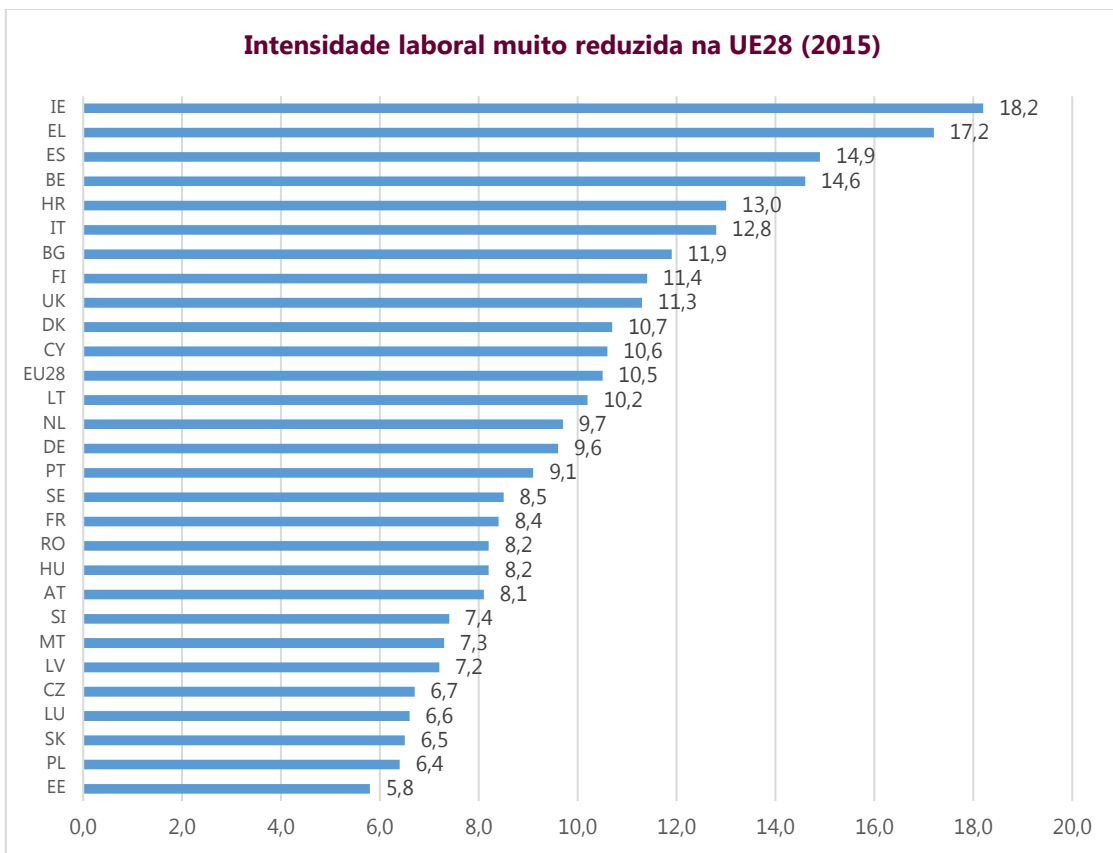
Fonte: Eurostat, 2018

Ao nível territorial, encontramos um maior peso da intensidade laboral muito reduzida nas zonas rurais, seguida dos grandes centros urbanos. Note-se que foi a partir de 2011 que começa a se verificar uma maior diferenciação no peso da intensidade laboral muito reduzida nos diferentes territórios, nomeadamente com maior distância entre a percentagem de pessoas a residir em agregados com baixo nível de intensidade laboral nas zonas rurais e nas vilas e subúrbios.



Fonte: Eurostat, 2018

Em 2015, 10.5% da população da União Europeia vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida, sendo que na Irlanda e na Grécia esta taxa abrangia 18.2% e 17.2% da população, respetivamente. Pelo contrário, na Estónia, este tipo de vulnerabilidade social atingia 5.8% da população. Sublinhe-se ainda que no contexto europeu a intensidade laboral muito reduzida tem um maior peso nos grandes centros urbanos (11.3%), comparativamente às zonas rurais (9.7%) e às vilas e subúrbios (9.1%).



Fonte: Eurostat, 2018

Privação material e Privação material e social

Desde 2009, que o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) permite complementar a análise das situações de pobreza e exclusão social através de um indicador não monetário que permite compreender a capacidade de fazer face a um conjunto específico de necessidades (materiais) harmonizadas para o contexto da União Europeia. Para tal, foram identificados 9 itens e considera-se como estando em situação de privação material quem tem dificuldade em assegurar 3 desses itens e em situação de privação material severa quem enfrenta 4 dessas dificuldades.

Desde 2017, o Eurostat começou a disponibilizar dados relativos a privação material e social. Este indicador é composto por uma lista de 13 necessidades de ordem material e social, sendo que partilha seis itens em comum com a privação material e acrescenta sete novos itens. A tabela abaixo permite identificar e comparar os itens incluídos na privação material e na privação material e social.

Tabela 4: Privação material e Privação material e social

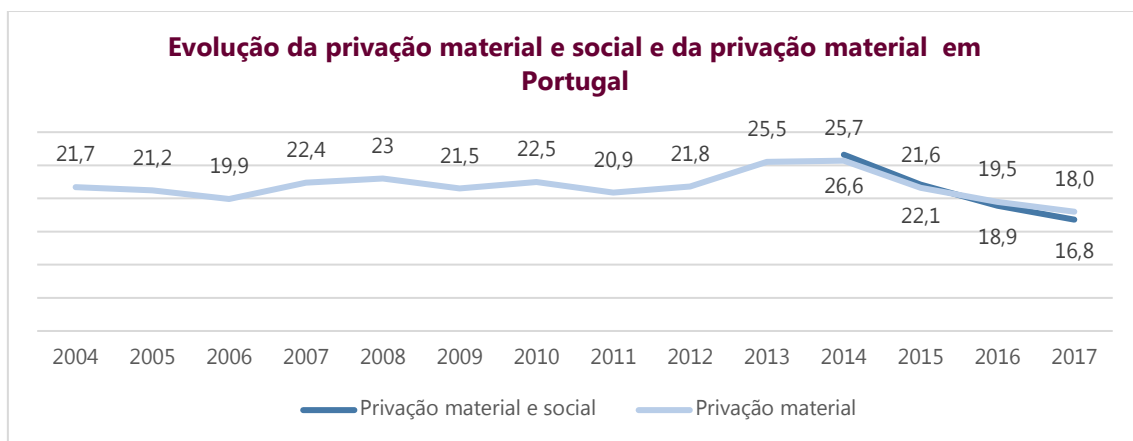
	Privação material	Privação material e social
Itens comuns	1) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; 6) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto).	1) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; 6) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)
Itens diferentes	7) capacidade para ter máquina de lavar roupa; 8) capacidade para ter televisão a cores; 9) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel;	7) incapacidade para substituir roupas desgastadas por roupas novas; 8) incapacidade para ter dois pares de sapatos adequados; 9) incapacidade para gastar uma pequena porção de dinheiro consigo mesmo(a) por semana; 10) incapacidade para ter atividades de lazer de forma regular; 11) incapacidade para se reunir com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; 12) incapacidade para ter uma ligação de Internet; 13) incapacidade para substituir mobília desgastada.

Fonte: Eurostat, 2018; INE, 2018.

Considera-se estando em situação de privação material e social as pessoas que não conseguem assegurar 5 dos 13 itens identificados por este indicador. Em Portugal, 16.8% da população estava

em situação de privação material e social. Desde 2014, período para o qual existem dados disponíveis, que a privação material e social diminuiu 9.8 pp. No entanto, se compararmos com a privação material, verificamos diferenças significativas nestes dados. Enquanto em 2014 existia uma maior proporção da população em situação de privação material e social (26.6%) do que em privação material (25.7), em 2017 encontramos a situação inversa, indicando uma redução mais intensa da taxa de privação material e social do que da privação material. Em 2017, 18% da população residente em Portugal estava em privação material.

Considera-se estando em situação de privação material e social as pessoas que não conseguem assegurar 5 dos 13 itens identificados por este indicador. Em Portugal, 16.8% da população estava em situação de privação material e social. Desde 2014, período para o qual existem dados disponíveis, que a privação material e social diminuiu 9.8 pp. No entanto, se compararmos com a privação material, verificamos diferenças significativas nestes dados. Enquanto em 2014 existia uma maior proporção da população em situação de privação material e social (26.6%) do que em privação material (25.7), em 2017 encontramos a situação inversa, indicando uma redução mais intensa da taxa de privação material e social do que da privação material. Em 2017, 18% da população residente em Portugal estava em privação material.



Fonte: Eurostat, 2018; INE, 2018.

Tal como ocorre nos outros indicadores, a proporção de mulheres que vivencia privação material e social (18%) é superior à dos homens (15.6%). São também os mais jovens que apresentam mais dificuldades em assegurar pelo menos 5 dos 13 itens da privação social e material. Em 2017, 17,3% das crianças estavam em privação material e social, comparativamente com 16.5% da população com 65 anos ou mais e 16.2% da população entre os 18 e 64 anos. Sublinhe-se ainda que apesar da taxa de privação material e social ser maior junto dos agregados sem crianças dependentes (17.6%) do que nos agregados com crianças dependentes (16.1%), é junto das famílias monoparentais e nas que possuem três ou mais crianças dependentes que encontramos as maiores taxas de privação material e social, atingindo mais de 30% destes agregados.

A privação material e social é significativamente maior junto da população não empregada do que na população empregada. Mais de 1/5 da população que não está em emprego vive situações de privação material e social, sendo a população desempregada a que apresenta uma maior vulnerabilidade a este tipo de privação. Em 2017, 39% dos desempregados não conseguiam assegurar pelo menos 5 itens associados a este indicador. No entanto, se este tipo de privação é mais evidente na população sem emprego, é igualmente importante referir que 11,4% da população em emprego encontra-se em privação material e social.

Tendo em conta o nível de escolaridade, verificamos diferenças significativas na capacidade de fazer face às necessidades materiais e sociais identificadas neste indicador. Mais de 1/5 da população com ensino básico (22.5%) está em privação material e social. Esta percentagem desce para 10.7% quando considerada a população com ensino secundário e para 3.4% junto da população com ensino superior.

A população estrangeira está mais exposta a privação material e social do que a população portuguesa. Enquanto 16.8% dos portugueses estão em privação material e social, 17.7% dos estrangeiros estão nesta situação. No entanto, dentro da população estrangeira temos duas realidades completamente distintas: 21.3% dos nacionais de países terceiros estão em privação material e social face a 6.4% dos estrangeiros com cidadania de outros Estados-Membros. Sublinhe-se igualmente uma forte diminuição na privação material e social da população estrangeira face ao período homólogo (18.6 pp), reflexo de uma redução deste tipo de privação quer ao nível da população extracomunitária (20.8 pp) quer ao nível da população de outros Estados-Membros (6.1 pp). Esta diminuição tem vindo a se verificar desde 2014. Em 2014, mais da metade dos estrangeiros estava em privação material e social. No caso da população nacional, também existe uma importante redução da privação material e social. Em 2014, mais de ¼ da população portuguesa vivenciava este tipo de privação.

Territorialmente, a privação material e social é mais incidente nas áreas densamente povoadas (18.7%), existindo uma diferença de 2.9 pp face as áreas pouco povoadas e de 3.5 nas áreas medianamente povoadas.

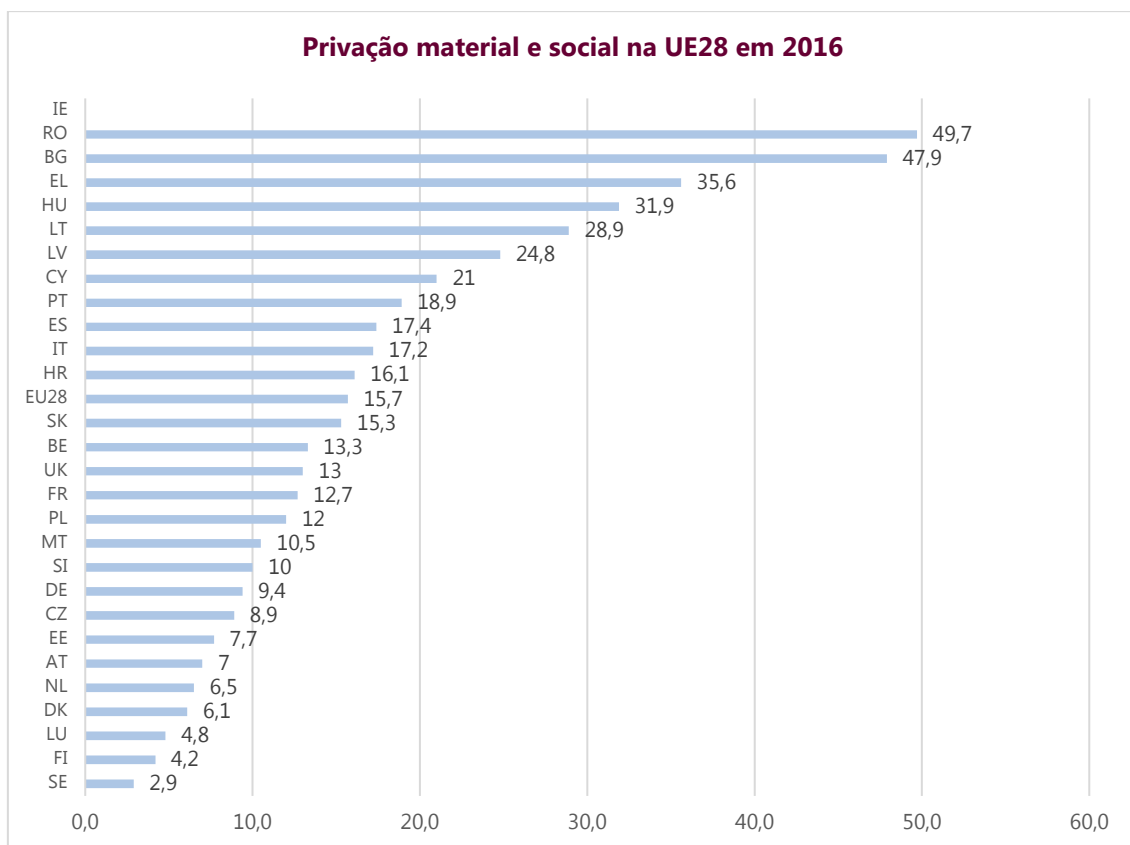
Tabela 5: Privação material e social em Portugal

Privação material e social	2017	2016
<i>Género</i>		
H	15,6	17,2
M	18	21
<i>Grupo Etário</i>		
<18	17,3	20,6
18-64	16,2	18,8
>64	16,5	19,2
<i>Agregado doméstico</i>		
Um adulto sem criança dependente	23,7	23,5
Dois adultos sem criança dependente	16,7	17,1
Três ou mais adultos	15,5	17,4
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	32,4	30,4
Dois adultos e uma criança dependente	13,2	14,8
Dois adultos e duas crianças dependentes	8,7	13,2
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	31,2	31
Três ou mais adultos com crianças dependentes	20,9	27
<i>Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)</i>		
<i>Total em emprego</i>	11,4	12,7
Por conta de outrem	11,4	13
Por conta própria	11,5	11,1
<i>Total sem emprego</i>	22,1	23,9
Desempregado	39	41
Reformado	17,4	17,8
Outros inativos	21,3	23,3
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais anos)</i>		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	22,5	24,6
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	10,7	12
Ensino superior (ISCED 5-8)	3,4	4

<i>Grau de urbanização do território</i>		
Áreas densamente povoadas	18,7	20,3
Áreas medianamente povoadas	15,2	18,8
Áreas pouco povoadas	15,8	16,8
<i>Nacionalidade (18 ou mais anos)</i>		
Nacionalidade portuguesa	16,8	18,9
Total nacionalidade estrangeira	17,7	36,3
Extracomunitária	21,3	42,1
Outro país UE28	6,4	12,5

Fonte: Eurostat, 2018

Dentro da União Europeia, em 2016, estima-se que 1. 7% da população esteja em privação material e social. Este tipo de privação atingia quase metade da população residente na Roménia (49.7%) e 47.9% da população na Bulgária. No entanto, para além destes dois países, existiam três Estados-Membros em que este tipo de privação atingia mais de ¼ da população: Grécia, Hungria e Lituânia. No sentido oposto, na Suécia, na Finlândia e no Luxemburgo, menos de 5% da população não conseguia assegurar pelo menos 5 dos 13 itens que compõem este indicador. Dentro deste contexto europeu, Portugal apresentava, em 2016, a oitava maior taxa de privação material e social.

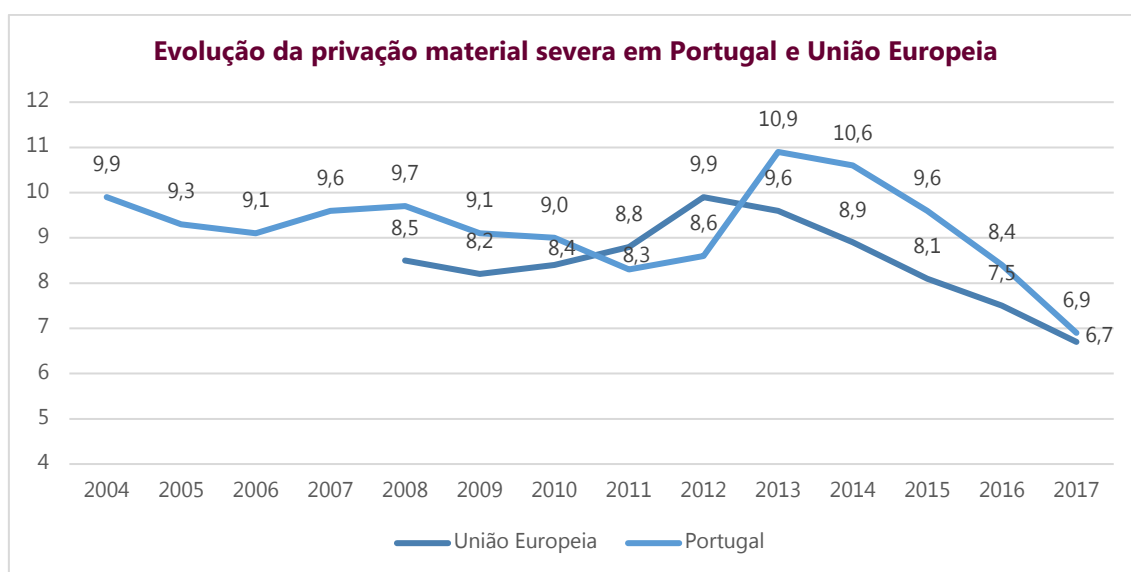


Fonte: Eurostat, 2018

Privação material severa

A privação material severa tem em conta os 9 itens da privação material e afere a percentagem da população que não consegue assegurar 4 destes itens. É a privação material severa um dos três indicadores contabilizado no cálculo da taxa de risco de pobreza ou exclusão social.

Em Portugal, em 2017, a privação material severa abrangia 709 mil pessoas, ou seja, 6.9% da população residente. Houve uma redução significativa da privação material severa entre 2016 e 2017 (menos 1.5 pp). De facto, o ano de 2017, é marcado pela menor taxa de privação material severa existente desde 2004, ou seja, ao longo de todo o período para o qual existe este dado. Note-se que após uma redução da privação material severa que ocorreu entre 2004 e 2011, o período de crise vivenciado em Portugal levou a um aumento da população com este tipo de privação atingindo os valores mais elevados entre 2013 e 2014. Em 2013, quase 11% da população residente em Portugal estava em privação material severa.

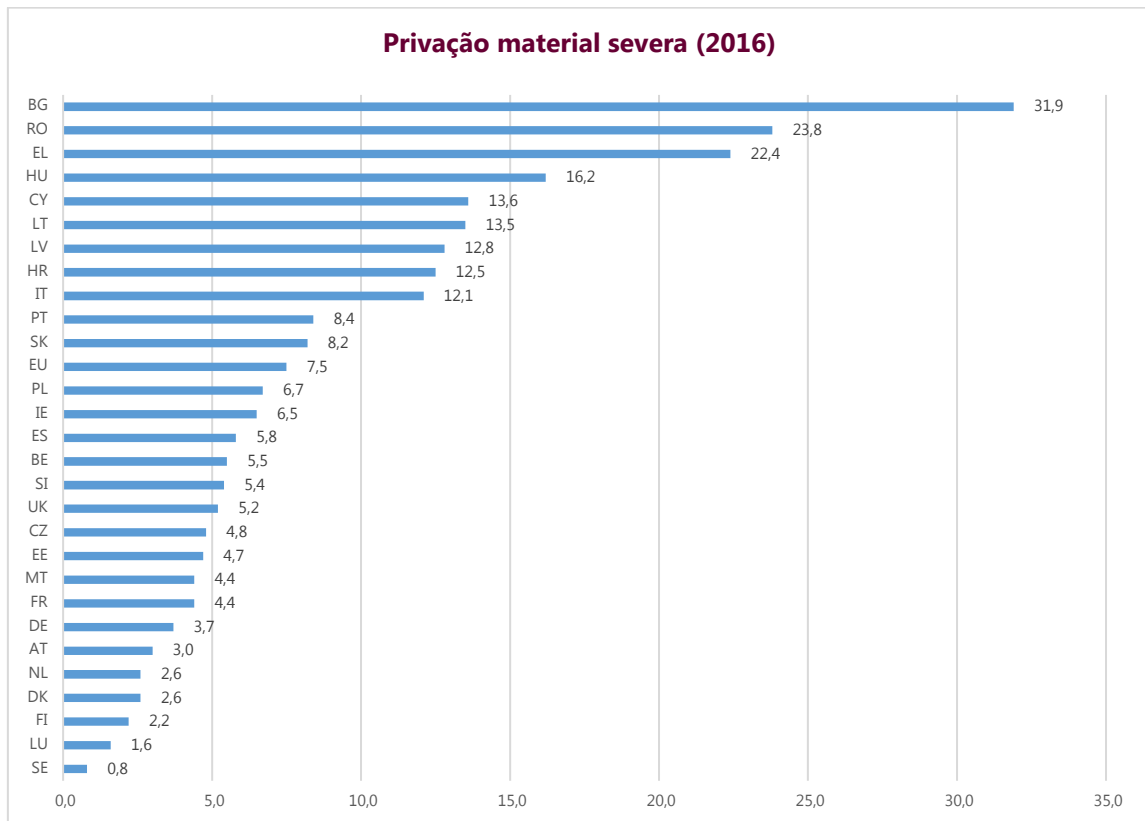


Fonte: INE, 2018

No ano de 2017, Portugal volta a aproximar-se da média europeia, apesar de manter uma taxa de privação material severa superior à média da UE28. Sublinhe-se que apenas durante os anos de 2011 e 2012, Portugal apresentou uma proporção da população em privação material severa inferior à esta média.

O Eurostat estima que, em 2017, existissem 33,4 milhões de pessoas em privação material severa a residir na União Europeia. Tendo em conta os dados disponíveis de 2016³³, Portugal era o décimo país com maior taxa de privação material severa. Dentro deste contexto europeu, nove países apresentavam mais de 10% das suas populações a vivenciar este tipo de carência material, sendo que na Grécia, na Roménia esta taxa ultrapassava os 20% e na Bulgária atingia 31.9%. Pelo contrário, na Suécia, e tendo em conta os itens que compõe a privação material, a privação material abrange menos de 1% da população residente e no Luxemburgo abrange 1.6%.

³³ Apesar de ser disponibilizada uma estimativa para a média da UE28 referente ao ano de 2017, à data de redação deste relatório ainda não existiam dados disponíveis para todos os Estados-Membros. Como tal, e no seguimento do efetuado com os indicadores anteriores, a comparação com o contexto europeu tem como base os resultados do EU-SILC de 2016.



Fonte: Eurostat, 2018

Voltando aos dados referentes à Portugal, encontramos na privação material severa o mesmo perfil de vulnerabilidade que encontramos na privação material e social, ou seja, verificam-se maiores proporções de pessoas a vivenciarem uma situação de privação material severa junto da população feminina (7.2%); dos mais jovens (7.4%); dos agregados familiares monoparentais (17%), dos agregados com três ou mais crianças dependentes (14.2%) e das famílias unipessoais (11.7%); dos desempregados (18.2%) e outros inativos (10.3%); da população com ensino básico (9.4%); dos estrangeiros, nomeadamente dos provenientes de países terceiros (13.2%); e das populações que residem em áreas densamente povoadas (8.2%). Sublinhe-se também uma diminuição da taxa de privação material severa, face ao período homólogo, em todos dos grupos com exceção da população com 65 ou mais anos e das pessoas que vivem em agregados unipessoais, agregados compostos por dois adultos sem crianças dependentes e agregados monoparentais. A maior diferença encontra-se nas famílias monoparentais com um aumento de 1.1 pp. face a 2016. Pelo contrário, a maior diminuição da taxa de privação material severa foi sentida na população estrangeira, nomeadamente junto dos estrangeiros extracomunitários, onde a redução desta taxa foi de 15.9 pp.

Uma informação mais completa sobre a taxa de privação material desagregada encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 6: Privação material severa em Portugal

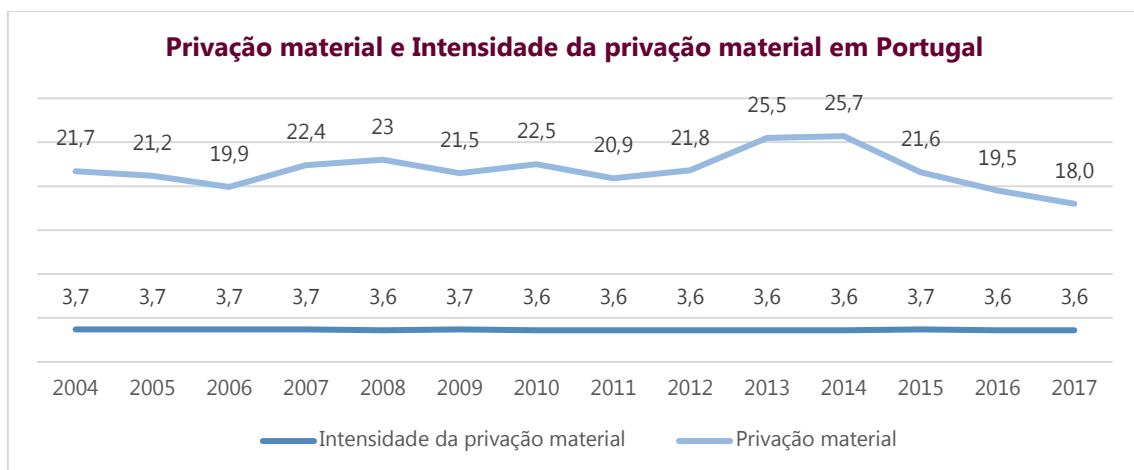
Taxa de privação material severa	2017	2016
<i>Género</i>		
H	6,5	7,9
M	7,2	8,8
<i>Grupo Etário</i>		
<18	7,4	9,6
18-64	6,6	8,6
>64 anos	7,2	6,7
<i>Agregado familiar doméstico</i>		
Um adulto sem criança dependente	11,7	11,6
Dois adultos sem criança dependente	6,5	6,3
Três ou mais adultos	5,2	7,4
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	17	15,9
Dois adultos e uma criança dependente	4,5	6,4
Dois adultos e duas crianças dependentes	2,6	5,6
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	14,2	17,3
Três ou mais adultos com crianças dependentes	10,2	12,5
<i>Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)</i>		
Total em emprego	4	5,3
Por conta de outrem	4,1	5,5
Por conta própria	3,5	4,0
Total sem emprego	9,6	10,8
Desempregado	18,2	20,6
Reformado	6,6	7,0
Outros inativos	10,3	10,9
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais)</i>		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	9,4	10,8
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	3,9	5,4
Ensino superior (ISCED 5-8)	1,1	1,7
<i>Grau de urbanização do território</i>		
Áreas densamente povoadas	8,2	9,4
Áreas medianamente povoadas	5,3	7,6
Áreas pouco povoadas	6,5	7,4
<i>Nacionalidade (18 ou mais)</i>		
Nacionalidade portuguesa	6,7	7,8
Total nacionalidade estrangeira	10,5	24,5
Extracomunitária	13,2	29,1
Outro país UE28	2	5,8

Fonte: Eurostat, 2018

Os dados disponíveis do Eurostat apenas permitem a caracterização da população em situação de privação material severa segundo sexo, idade e grau de urbanização do território. Segundo esses dados, a maior parte das pessoas em situação de privação material é feminina (54.9%), tem entre 18 e 64 anos (59.6%) e reside nos grandes centros urbanos (52%). É, no entanto, importante sublinhar que existem 156 mil idosos e 131 mil crianças em situação de privação material severa, correspondendo, respetivamente, a 22% e a 18.5% das pessoas com este tipo de carência. Por outro lado, cerca de ¼ das pessoas em privação material severa vivem nas zonas rurais.

Intensidade da privação material

A intensidade da privação material tem em conta a população em privação material, ou seja, que não consegue assegurar 3 ou mais itens de uma lista de 9 itens, e calcula a média de itens em carência. Em Portugal, em 2017, a intensidade da privação material foi de 3,6, valor igual ao período homólogo. De facto, apesar da taxa de privação material apresentar importantes variações ao longo do tempo, a intensidade da privação material não sofre alterações significativas ao longo do tempo.



Fonte: INE, 2018

Desigualdade de rendimentos

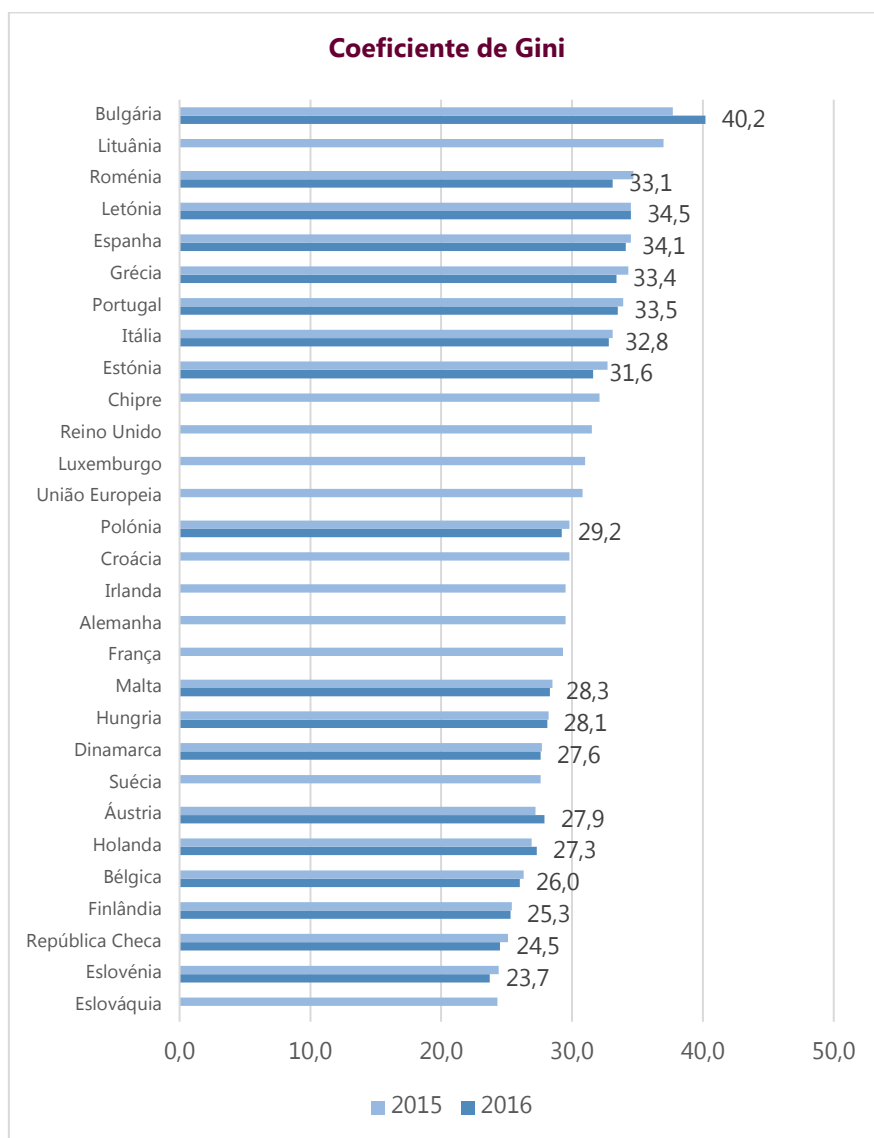
O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) disponibiliza três indicadores-chaves para analisar o nível de desigualdade existente na distribuição dos rendimentos nos diferentes países da União Europeia: o Coeficiente de Gini, o S80/S20 e o S90/S10.

O **coeficiente de Gini** mede, numa escala entre 0 e 100, a desigualdade na distribuição do rendimento disponível da população. Nesta escala, 0 corresponde a uma sociedade em que todos os indivíduos têm igual rendimento e 100 quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo. Comparativamente ao indicador S80S20 ou ao indicador S90S10, que analisam a assimetria entre duas partes específicas da população – a que possui rendimentos mais elevados e a que possui rendimentos mais baixos –, o coeficiente de Gini mostra-se mais sensível às assimetrias existentes na parte central da distribuição, ou seja, em torno do rendimento médio³⁴.

Os resultados do EU-SILC 2017, com dados referentes aos rendimentos de 2016, apontam para uma pequena diminuição do coeficiente de Gini face ao ano anterior (0.4 pontos percentuais (pp)), sendo o valor mais baixo desde o início deste inquérito: 33.5. Apesar de esta evolução positiva,

³⁴ RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.) (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Acedido em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/a98e63bd-0e40-436f-926c-68e800225fd2/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>

Portugal continua a ter um dos níveis de desigualdade mais elevados do contexto da União Europeia. Embora não seja possível comparar os resultados atuais³⁵, o EU-SILC de 2016 apontava para a existência de apenas 6 países com um coeficiente de Gini superior ao de Portugal: Bulgária, Lituânia, Roménia, Letónia, Espanha e Grécia. Os dados já disponíveis do EU-SILC de 2017 apresentam uma evolução mais favoráveis para a Roménia e para a Grécia, fazendo com que estes dois países tenham um coeficiente de Gini, neste último ano, inferior ao de Portugal. Sublinhe-se também que Portugal apresentou sempre valores superiores ao da média europeia. Em 2015 (EU-SILC de 2016), o coeficiente de Gini era de 30.8 para a UE dos 28 Estados-Membros e o valor nacional era de 33.9.



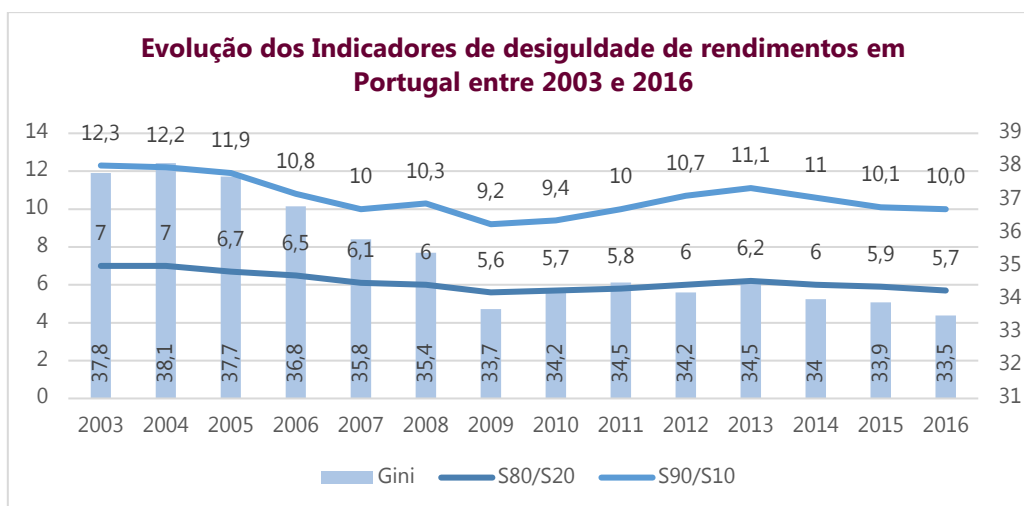
Fonte: Eurostat, 2018

Os **indicadores S80/S20** e **S90/S10** dão-nos uma outra perspetiva da desigualdade na distribuição dos rendimentos, uma vez que procuram aferir a grandeza da diferença entre os rendimentos dos mais ricos e o dos mais pobres, mostrando-a em proporção. Em 2016, o rendimento dos 20% mais ricos era 5.7 vezes mais elevado que o rendimento dos 20% mais

³⁵ À data da elaboração deste documento, o Eurostat ainda não tinha divulgado os resultados para todos os Estados-Membros, assim como o cálculo da média europeia.

pobres. Este rácio passa para 10 quando nos referimos a diferença existente entre os 10% da população residente em Portugal com maiores rendimentos e os 10% com menores rendimentos. Sublinhe-se que 20% da população nacional vivia, em 2016, com um rendimento anual igual ou inferior a 5 667€ por adulto equivalente³⁶ (472.3€ mensais) e detinha 7.2% do rendimento nacional equivalente. Este rendimento descia para 4 115€ (342.9€ mensais) quando nos referimos a 10% da população nacional com menores rendimentos. Refira-se ainda que, em Portugal, em 2016, 2% da população tinham um rendimento equivalente igual ou inferior à 175€ mensais, apesar do Rendimento Social de Inserção poder ser atribuído às pessoas em situação de pobreza e exclusão social no sentido de complementar o rendimento familiar para atingir um patamar mínimo de 180,99€³⁷ por um adulto.

Do lado oposto, verificamos que 20% da população com maiores rendimentos em Portugal vivia com mais de 14 341€ anuais por adulto equivalente (1 195€ mensais) e detinha 41.1% do rendimento equivalente nacional. Note-se também que é dentro do último decil de rendimento (ou seja, entre os 10% mais ricos) que se encontram maiores diferenças de rendimento. Não estando disponível o valor máximo deste quintil, é, no entanto, possível comparar o valor mínimo do rendimento nesse decil (18 863€) com o rendimento mínimo auferido por 1% da população mais rica (40 685€) em 2016. Sublinhe-se igualmente que os 10% mais ricos possuem 26.1% do rendimento nacional e que 5% deste rendimento está concentrado em apenas 1% da população.



Fonte: Eurostat, 2018; INE, 2018

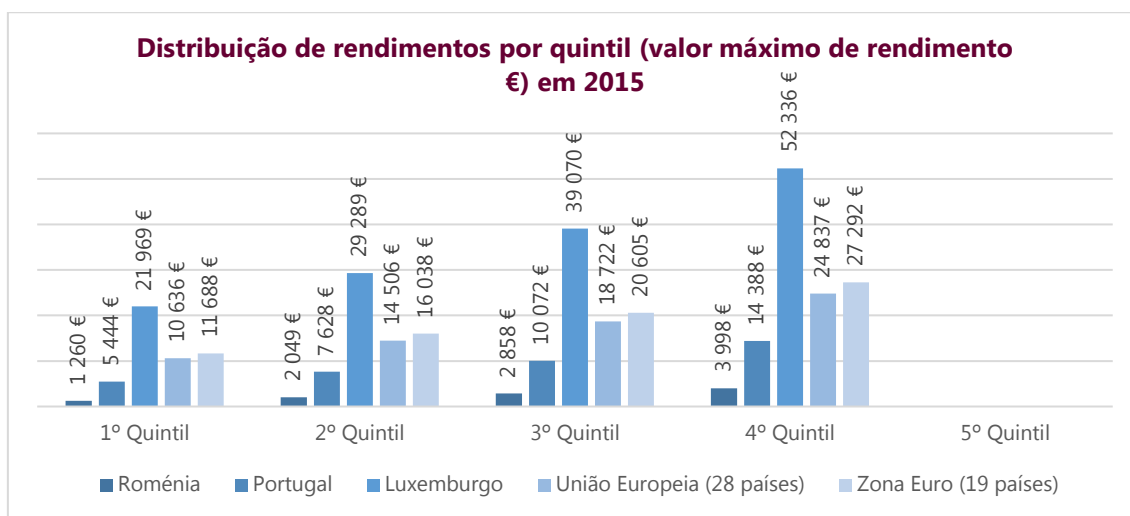
Após um período de redução progressiva da desigualdade de rendimentos que se verificou até o ano de 2009, a crise económica e social do início da atual década levou a um novo aumento das desigualdades de rendimento em Portugal, atingindo o seu ponto mais elevado no ano de 2013. Sublinhe-se, no entanto, que o crescimento da desigualdade foi mais acentuado nos grupos mais

³⁶ A metainformação do INE define rendimento equivalente como o “resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE”. Segundo o Eurostat, a escala modificada atribui o peso de 1 para o primeiro adulto, 0,5 para cada um dos restantes membros com 14 anos ou mais e 0,3 para cada criança com menos de 14 anos. Para mais informações sobre o cálculo do rendimento equivalente ver: Eurostat, *Glossary: Equivalent disposable income*. Acedido em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Equivalent_disposable_income

³⁷ Este valor é o mínimo de referência usado pela Segurança Social para calcular as necessidades de rendimento na atribuição de RSI em 2016, correspondendo a 43,173 % do IAS (Decreto-Lei nº 1/2016, de 6 de janeiro <https://dre.pt/home/-/dre/73017523/details/maximized>)

extremos (os 10% mais ricos e os 10% mais pobres) e a retoma para valores próximos dos verificados em 2009 ainda não ocorreu no indicador S90/S10, ao contrário do aconteceu com coeficiente de Gini, que abrange os rendimentos de toda população, e com o rácio S80/S20. Tal como ocorre com o coeficiente de Gini, Portugal também apresenta valores de desigualdade no rácio S80/S20 acima da média europeia. Em 2015, quando o rácio S80/S20 era de 5.9, apenas Letónia, Itália, Grécia, Espanha, Lituânia, Roménia e Bulgária apresentavam níveis de desigualdade mais elevados que Portugal.

No contexto da União Europeia, importa sublinhar também os fortes níveis de desigualdade de rendimentos entre os Estados-Membros. O quadro abaixo compara os **rendimentos máximos por quintil** de Portugal com a média europeia (UE28 e Zona Euro) e com outros dois Estados-Membros: Roménia, que apresenta em todos os quintis os valores mais baixos da União Europeia; Luxemburgo, que apresenta em todos os quintis os valores mais elevados da União Europeia. É possível verificar que os rendimentos equivalentes em Portugal nos quatro primeiros quintis³⁸ correspondem a pouco mais da metade da média para UE28 (51,2% no 1º quintil; 52,6% no 2º quintil; 53,8% no 3º quintil; 57,9% no 4º quintil) e são inferiores à metade do rendimento da Zona Euro nos três primeiros escalões. Se compararmos com o rendimento equivalente do Luxemburgo verificamos que o rendimento nacional corresponde a cerca de ¼ do rendimento luxemburguês nos diferentes quintis: 24,8% no 1º Q; 26% no 2º Q; 25,8% no 3º Q; 27,5% no 4º Q. Pelo contrário, o rendimento equivalente português é aproximadamente quatro vezes mais elevado que o romeno nos diferentes escalões (4.3 vezes mais elevado no 1º Q e 3.6 vezes mais elevado no 4º Q). A desigualdade de rendimentos entre a Roménia e o Luxemburgo é ainda mais fragante: o rendimento máximo dos 20% mais pobre no Luxemburgo é 17.4 vezes mais elevado do que os 20% mais pobres na Roménia.

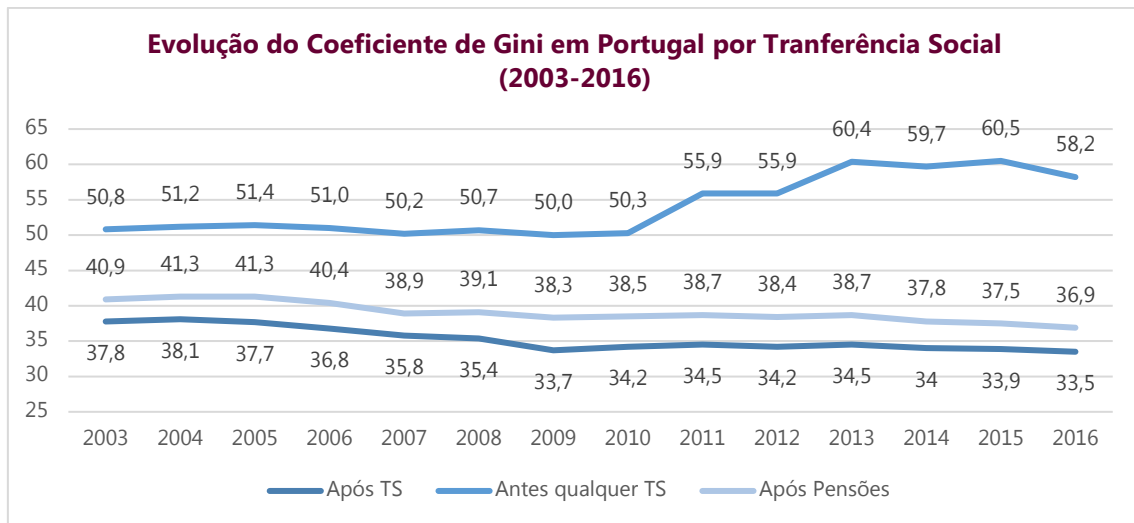


Fonte: Eurostat, 2018

Desigualdade de rendimentos e transferências sociais

Quando analisamos a evolução do coeficiente de Gini e comparamos o nível de desigualdade existente com ou sem as transferências sociais percebemos uma capacidade importante, mas ainda limitada, das medidas de proteção social na redução das desigualdades sociais.

³⁸ A inexistência do valor máximo no último quintil (correspondente aos 20% mais ricos) não permite a comparação dos rendimentos nesse escalão.



Fonte: Eurostat, 2018

Existe uma redução relevante do nível de desigualdade social quando comparamos os valores do coeficiente de Gini sem os rendimentos provenientes das diferentes prestações sociais (58.2) e quando consideramos apenas os rendimentos das pensões (36.9). Por outro lado, enquanto o nível de desigualdade teve um forte aumento, entre 2009 e 2013, num cenário sem qualquer tipo de prestação social (10.1 pp), apenas aumentou 0.4 pp num cenário onde são contabilizadas apenas as transferências relativa às pensões. No entanto, note-se que em 2016, 75,6% dos custos da Segurança Social com as pensões e seus complementos³⁹ estavam associadas ao sistema previdencial, ou seja, estas despesas referem-se às prestações cujo acesso está condicionado às pessoas (e familiares) que tiveram uma relação contributiva prévia com o objetivo de repor os rendimentos de natureza profissional em momentos específicos da vida⁴⁰.

Quando analisamos o valor do coeficiente de Gini após todas as transferências sociais verifica-se que, em 2016, o nível de desigualdade apenas diminui 3.4 p.p. face ao contexto em que são considerados os valores das pensões. Por outro lado, desde 2009 o nível de desigualdade de rendimentos diminui num ritmo mais lento quando são consideradas todas as transferências sociais (-0.2 pp entre 2009 e 2016) relativamente ao contexto em que são consideradas apenas as transferências relativas às pensões (-1.5 pp no mesmo período).

Sublinhe-se ainda que, em 2015, Portugal era o país que apresentava o segundo maior nível de desigualdade de rendimentos quando analisados os orçamentos familiares sem qualquer prestação social, sendo a Grécia o país da União Europeia que apresentava o valor mais elevado (60.7). Em 2016 ambos os países apresentam o mesmo valor no coeficiente de Gini antes de transferências sociais. No contexto da União Europeia, em 2015, Portugal assumia o sétimo lugar dos países com maiores níveis de desigualdade quando considerados os rendimentos das pensões e quando consideradas todas as transferências sociais.

³⁹ Na rubrica pensões e complementos estão incluídas as seguintes prestações: sobrevivência, invalidez, velhice, benefícios dos antigos combatentes, pensões por antecipação da idade da reforma.

⁴⁰ IGFSS, *Conta da Segurança Social 2016*, Lisboa. Acedido em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/15670700/Conta%20da%20Seguranca%20Social%20de%202016%20-%20Parte%20I/c59805fd-217a-46a8-ae9a-4aec6ecc38ff>

Fontes

INE – www.ine.pt

Eurostat - <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/home>

PORDATA - <https://www.pordata.pt/>

Segurança Social - <http://www.seg-social.pt/estatisticas>

SEFSTAT - <https://sefstat.sef.pt>

Bibliografia

IGFSS, *Conta da Segurança Social 2016*, Lisboa. Acedido em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/15670700/Conta%20da%20Seguran%20Social%20de%202016%20-%20Parte%20I/c59805fd-217a-46a8-ae9a-4aec6ecc38ff>

INE, Inquérito ao emprego. Acedido em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006186&contexto=bd&selTab=tab2

RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.) (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Acedido em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/a98e63bd-0e40-436f-926c-68e800225fd2/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>